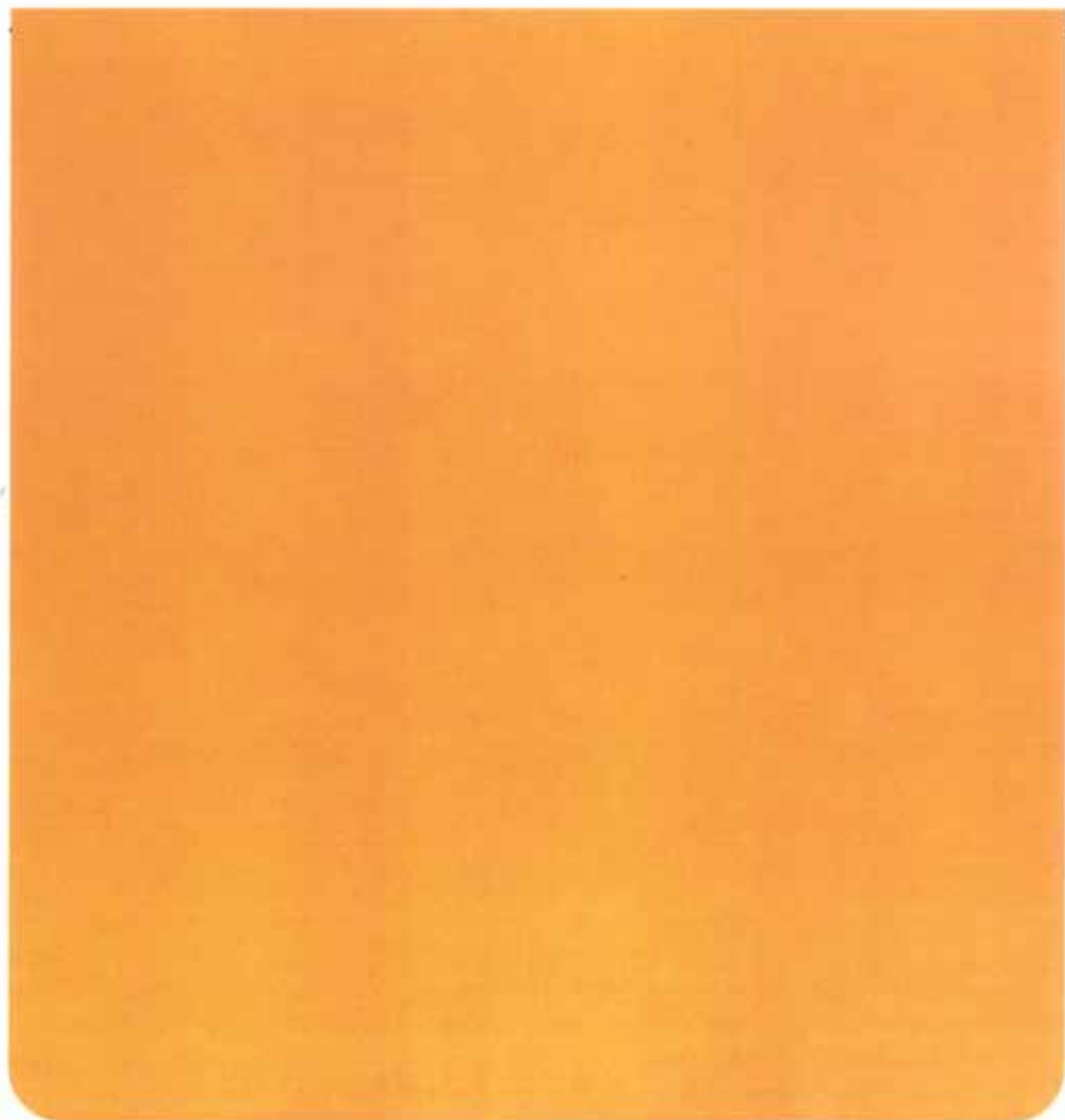




2010
**PLANO DE
ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO**



PORTO
Câmara Municipal



1
9
MF

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO	3
2. PLANOS PLURIANUAIS	13
2.1. Plano de Actividades Anual e Plurianual	14
2.2. Plano de Investimento Anual e Plurianual.....	61
2.3. Plano Financeiro Anual e Plurianual	66
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2010	69
3.1. Notas Explicativas e Pressupostos do Orçamento 2010.....	70
3.2. Orçamento de Investimento.....	92
3.3. Orçamento de Exploração	94
3.4. Orçamento de Tesouraria.....	96
3.5. Balanço Previsional	97
4. FUNDAMENTAÇÃO DAS VERBAS INSCRITAS NO CONTRATO-PROGRAMA 2010 e NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	98
5. ANEXOS.....	100
ANEXO I – PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	101

[Handwritten signature]

1.

INTRODUÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

"A CMPL – Porto Lazer – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM, abreviadamente identificada por PortoLazer ou PLZ tem por *Objecto Social* assegurar a prestação de um serviço público no domínio da actividade física e desportiva, do lazer e de outras actividades de animação da cidade, nomeadamente as que sejam determinadas pelos espaços e equipamentos que estejam sob a sua gestão."

Neste âmbito e com base no conhecimento e experiência adquirida ao longo dos últimos anos, a PLZ implementa um conjunto de actividades devidamente identificadas, realizadas por delegação e no próprio interesse do Município, sendo o instrumento privilegiado da CMPORTO na produção de eventos.

A PortoLazer tem inscrito na sua missão "... colaborar na criação e disponibilização das condições técnicas financeiras e materiais necessárias ao incremento dos hábitos de participação da população na prática de actividades lúdicas, físicas e desportivas em actividades de animação cultural. Promover as suas actividades de forma regular, continuada e com elevados níveis de qualidade e eficiência". Para levar a bom porto esta tarefa a PLZ conta com um conjunto diverso de infra-estruturas e de colaboradores qualificados, essenciais para o sucesso da Empresa.

O passado da PortoLazer é a prova da afirmação da empresa na cidade do Porto, a sua oferta cresceu em qualidade e distinguiu-se pela sua diversidade e a sua marca faz hoje parte da vida da Cidade. Eventos desportivos e de lazer como os realizados até ao momento pela PLZ são de inegável mais-valia para a cidade do Porto, e para a Região Norte do País. O seu impacto a nível económico e social ultrapassa, em larga medida, o investimento que o Município entendeu por bem chamar a si, para poder contar com tão prestigiantes eventos na nossa Cidade. A força destes eventos numa cidade com a dimensão do Porto é sentida por todos, o seu impacto reflecte-se nos mais variados níveis: notoriedade da marca PORTO no país e no estrangeiro, dinamismo da economia local, nomeadamente ao nível da actividade hoteleira, restauração e comércio, entre muitas outras. Destaca-se ainda, a realização de eventos em parceria com parceiros privados, que detêm direitos de eventos com escala global, com o intuito de não só

criar uma oferta atractiva e que potencie a vida da Cidade, mas também utilizar a notoriedade destes eventos como aceleradores de procura do destino Porto e como elementos de reforço de notoriedade da marca PORTO a nível global.

Em 2010, continuaremos a prossecução dos objectivos para que a PortoLazer foi criada, mas destacamos como principal objectivo estratégico a organização interna, em particular a revisão dos processos de negócio, a revisão procedimental, a metodologia de controlo de gestão e o desenvolvimento e implementação de um sistema de informação de suporte decisão centralizado, que permita o melhor conhecimento e controlo das variáveis de gestão.

Após mais de 3 anos concentrados no fazer bem e em revitalizar a Cidade, conseguido e até mesmo superado esse objectivo, em que muitos não acreditavam, há agora que fazer uma introspecção e repensar o modelo organizativo e funcional numa acção que visará potenciar os seus pontos fortes e reduzir ou até mesmo eliminar os seus pontos fracos, tornando a Empresa mais eficiente.

Em termos futuros é de prever que em 2010 uma empresa como a PLZ, que possui uma parte da sua actividade alicerçada na sua capacidade de captação de patrocínios, continue a sofrer o impacto do emagrecimento da actividade patrocinadora das empresas que surge, inevitavelmente, como consequência de uma conjuntura de crise que se vem sentindo e que se deverá manter no presente ano. Este cenário não será necessariamente uma ameaça, uma vez que obrigará a PLZ a ser mais selectiva na sua oferta, privilegiando a qualidade em detrimento da quantidade, o que poderá ter um impacto claramente positivo na vida da Cidade, desde que devidamente alinhado com a estratégia do Município e com a estratégia de promoção da Cidade, pois daqui podem surgir sinergias importantes.

af
L
MF

d
b
MF

O novo modelo organizacional já em fase avançada de desenvolvimento baseia-se em três princípios base, a optimização, a transversalidade e a eficiência. Nesse sentido está prevista a criação de 2 novas áreas produtivas, Infra-estruturas & Programas e Eventos, suportada por uma unidade de serviços partilhados onde estará integrada a área Administrativa e Financeira, a área de Capital Humano, a área de Comunicação & Marketing, a área Logística e a área Comercial. Como unidade de concepção e acompanhamento de projectos críticos existirá também uma área responsável por Projectos Estruturantes.

A regulamentação da contratação pública, agora já bem mais sedimentada ao nível dos procedimentos internos, constituiu em 2009, e continua a constituir, um desafio e uma oportunidade para a PLZ elevar os seus parâmetros de qualidade, na medida em que exige por si só à organização um superior controlo de gestão bem como um eficaz enquadramento institucional e jurídico.

Salientamos que os resultados do estudo realizado por uma empresa de consultadoria provocaram, em 2009 uma alteração no relacionamento económico entre o Município e a PortoLazer, por via da alteração do sistema de tributação em sede do imposto do IVA, de forma a obter uma maior neutralidade deste imposto. Desta alteração resultou um novo enquadramento para a definição da relação económica com a Câmara Municipal do Porto (CMPORTO), em resumo:

- A PLZ presta um serviço em nome da CMPORTO, para o Município, na realização de eventos e apoios na área da actividade física, desportiva e de lazer.
- A PLZ presta um serviço social a favor do Município, na gestão dos espaços sob a sua responsabilidade.

Em 2009 os serviços de IVA demonstraram ao aceitar a entrega das declarações de pedidos de reembolso apresentados pela PLZ, na sequência da aplicação do preceituado pelo estudo da consultora, uma concordância com os mesmos. Contudo, a

ad
b
PLZ

aceitação pelos serviços do IVA do pedido formulado não significa que o mesmo não possa vir a ser corrigido em sede de uma fiscalização posterior. Esta ressalva deriva do facto da fiscalidade das entidades empresariais municipais, em termos de IVA, constituir uma matéria ainda não totalmente enquadrada e explicitada pela legislação em vigor.

Resultante do novo formato do Contrato-Programa celebrado entre a PLZ e o Município, o qual deriva de estudos realizados por consultores, o Resultado Líquido estimado no presente orçamento é negativo em 1.721.980€. Contudo, já possui cobertura em sede do Contrato-Programa assinado com o Município e do orçamento do Município.

Para o ano de 2010 o valor contratualizado com o Município, incluindo a cobertura do prejuízo orçamental, é de 3.850.000€, contra 3.950.000€ de 2009.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) sem o efeito do Circuito da Boavista e do RedBull Air Race, que não se realizarão em 2010, apresentam um valor em 29% inferior ao esperado no final do ano 2009 e 2% abaixo do Orçamento do ano 2009.

Os Gastos com o Pessoal, apresentam um valor 5% superior ao do orçamento de 2009 e 12% acima do esperado para o ano 2009, prevendo a contratação de três novos colaboradores no ano 2010.

A PLZ continuará atenta às linhas de apoio ao investimento que o programa QREN está a lançar, respondendo com desafios que permitam reforçar a posição da cidade como atractiva num contexto global.

d
G
MF

Em termos de política de manutenção, requalificação e/ou construção das infraestruturas geridas pela PortoLazer definiu-se que a DomusSocial e a GOP serão as entidades municipais responsáveis pela sua execução, cabendo à Portolazer a definição de objectivos, a coordenação e a monitorização das acções a empreender. Ficará no perímetro de competência da PortoLazer o diagnóstico de necessidades de intervenção e a manutenção de pequeno porte, indispensável ao funcionamento diário das instalações com níveis satisfatórios de qualidade e segurança.

Dado que os exercícios passados vêm demonstrando que a PortoLazer dificilmente terá capacidade para pagar à autarquia o montante em dívida desde a sua constituição, decorrente da passagem do complexo Monte Aventino para a propriedade da PLZ nessa data, surge a necessidade de alienação deste bem ao Município. Ora, os presentes instrumentos de gestão previsional foram construídos sobre o pressuposto de que esta operação de alienação acontecerá no primeiro trimestre de 2010 e terá por base contabilística o valor do bem em 31.12.2009.

Na projecção dos gastos em eventos foi tida em conta a desejada redução de custos e a estimativa conservadora de patrocínios, inerente ao momento de crise económica que o país atravessa, como foi referido anteriormente, o grande desafio para 2010 passa por transformar esta dificuldade numa oportunidade de melhorar e consolidar a oferta da Porto Lazer, tornado a organização mais selectiva na escolha dos eventos a desenvolver, bem como mais eficiente na operação logística e mais eficaz na angariação de patrocínios. Daremos obviamente particular atenção a eventos que são parte da vida da Cidade como o S. João, o Natal, a Passagem de Ano, a animação da Baixa da Cidade entre outros, onde serão desenvolvidos esforços para manter o nível de qualidade de edições anteriores. No entanto, e com base na monitorização e na eficácia da angariação de patrocínios, serão desbloqueados eventos que estejam dependentes de verbas a angariar. Será também mantida um canal de comunicação constante com a CMPORTO no sentido de privilegiar eventos que são considerados



nucleares pela Autarquia em detrimento de outros, que estarão mais dependentes de financiamento externo.

A situação descrita reforça a necessidade de implementar na PLZ uma estratégia comercial eficiente focada angariação de patrocínios e da gestão de espaços publicitários a concessionar eventualmente pela autarquia à PLZ.

É importante destacar o facto de existir a contingência de a Portolazer passar a suportar os custos salariais, e outros conexos, dos 28 colaboradores que pertencem ao quadro da autarquia, e que estão ao seu serviço há já algum tempo, em regime de destacamento. A concretizar-se esta contingência, e dado tratar-se de um elevado número de colaboradores, irá a PLZ proceder, durante o ano de 2010, a uma análise rigorosa das necessidades efectivas deste capital humano, face ao novo enquadramento mais restritivo da sua actividade. Caso tal venha a efectivar-se, e uma vez que tais custos não estão contemplados no orçamento agora apresentado, nem no Contrato-Programa celebrado com o Município que lhe dá suporte, haverá que cativar as verbas atribuídas para a realização de eventos, por um montante idêntico à estimativa contingente destes mesmos custos cerca de 422.500€, até que o Município proceda ao reforço do Contrato-Programa pelo montante necessário. Convirá realçar que esta cativação de verbas destinadas em Contrato-Programa à realização de eventos pode, caso o reforço do Contrato-Programa tardar, inviabilizar a realização de diversos eventos. Relembramos que a verba total orçamentada com a transferência do Município para a realização de eventos, não considerando os respectivos gastos com pessoal, ascende a 1.069.631€.

Isto posto, e conforme o estabelecido na alínea c) do artigo 13.º e artigo 17.º dos Estatutos da CMPL – Porto Lazer – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM e no artigo 40.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, o Conselho de



Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional para o triénio 2010-2012.

O conteúdo integral do preceituado legal é o seguinte:

"A gestão económica das entidades empresariais locais é disciplinada, pelos seguintes instrumentos de gestão previsional:

- a) Planos plurianuais e anuais de actividades, de investimento e financeiros;*
- b) Orçamento anual de investimento;*
- c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;*
- d) Orçamento anual de tesouraria;*
- e) Balanço previsional."*

A capacidade de superintendência da CMPORTO está definida no número 2 do artigo 39.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, e vertida no artigo 13.º dos Estatutos da empresa, da seguinte forma:

"A Câmara Municipal do Porto exerce, em relação à PLZ, os seguintes poderes:

- a) Emitir directivas e instruções genéricas ao conselho de administração no âmbito dos objectivos a prosseguir;*
- b) Autorizar alterações estatutárias;*
- c) Aprovar os instrumentos de gestão previsional;*
- d) Aprovar o relatório do conselho de administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação de resultados, bem como o parecer do fiscal único;*
- e) Autorizar a aquisição de participações no capital de sociedades;*
- f) Autorizar a celebração de empréstimos de médio e longo prazo;*
- g) Definir o estatuto remuneratório dos membros do conselho de administração, a submeter a apreciação da assembleia Municipal;*
- h) Determinar a realização de auditorias e averiguações ao funcionamento das empresas;*
- i) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a empresa, podendo emitir as recomendações que considerar convenientes;*

- j) Exercer outros poderes que lhe sejam conferidos pela lei ou pelos presentes estatutos."*

Outro dos pontos definidos nos Estatutos, no seu artigo 10.º, e na Lei 53-F/2006, no seu artigo 28.º, são as funções do Fiscal Único, as quais aliás incluem a emissão de um parecer sobre o presente documento. O Fiscal Único tem cometidas as seguintes funções:

"A fiscalização da empresa é exercida por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, que procede à revisão legal, a quem compete, designadamente:

- a) Fiscalizar a acção do conselho de administração;*
- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;*
- c) Participar aos órgãos competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objecto da empresa;*
- d) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;*
- e) Remeter semestralmente ao órgão executivo do Município, da associação de Municípios ou da região administrativa, consoante o caso, informação sobre a situação económica e financeira da empresa;*
- f) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação do conselho de administração;*
- g) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício;*
- h) Emitir parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela empresa;*
- i) Emitir a certificação legal de contas."*

*af
a
MF*

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. L. M." or similar.

Cumprindo o preceituado nos normativos contabilísticos em vigor, os instrumentos de gestão previsional foram elaborados de acordo com o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, cumprindo as normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), e subsidiariamente as normas internacionais de contabilidade. Contudo, dado que a adopção pela primeira vez do SNC exige um estudo aprofundado e fundamentado das implicações a nível contabilístico e a nível de relato financeiro, decorrentes também das opções técnicas que venham a ser tomadas no momento da sua adopção, de acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF, ressalvamos que os pressupostos considerados neste documento podem não relevar todas as situações que, aquando da implementação da nova contabilização, terão que ser atendidas, por opção técnica.

Pessoalmente comprometido com a CMPL – Porto Lazer – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM, o Conselho de Administração apresenta, solicitando a sua aprovação, nos termos dos artigos 39.º e 40.º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e de acordo com o disposto na alínea c) do artigo 13.º e artigo 17.º dos Estatutos da CMPL – Porto Lazer – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único de acordo com o preceituado no artigo 28.º da citada Lei n.º 53-F/2006 e no artigo 10.º dos Estatutos.

d
6
AR

2.

PLANOS PLURIANUAIS



2.1. Plano de Actividades Anual e Plurianual

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objectivos a seguir enumerados:

Parâmetros

- A dotação financeira fixada pela Câmara Municipal do Porto e que consta do Contrato Programa aprovado pelo Executivo em reunião do dia 15 de Dezembro de 2009;
- A reabilitação do Pavilhão Rosa Mota/Palácio de Cristal, a executar com a comparticipação do QREN. Apesar de ter um cronograma de execução física que aponta para finais de 2011 a sua conclusão, para efeito de contas previsionais prevê-se a sua conclusão apenas em final de 2012, pelo que o impacto desta operação apenas é revelado ao nível das contas de balanço, em activos fixos tangíveis em curso;
- Para além do QREN referente ao Projecto de Reabilitação do Rosa Mota, os demais QREN – i) Promoção da Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Sociais Construídos – *“Sistemas Energéticos Sustentáveis em Piscinas Cobertas”*, ii) Equipamentos para a Coesão Local/Equipamentos Desportivos – *“Polidesportivo dos Choupos”*, iii) Valorização da Cultura e da Criatividade – *“Porto 2.0 – Festival da Cidade em Mudança”*, iv) Valorização Território, Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano – *“1ª Avenida Dinamização Económica e Social da Baixa do Porto”*;
- A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa;
- O prazo de pagamento a fornecedores constante dos orçamentos anuais e plurianuais, que foi estimado em 90 dias para 2010 e 30 dias para 2011 e 2012, no sentido de harmonizar os prazos de pagamento com as práticas correntes na Autarquia;
- O prazo de recebimento por parte da Câmara Municipal do Porto que foi estimado em 45 dias e por parte dos restantes devedores que foi de 60 dias.

Objectivos

- Utilização integral da dotação financeira aprovada pela CMPORTO;
- Melhoria contínua da qualidade, produtividade e controle de custos;
- Contínua aposta na formação profissional e comportamental; avaliação de desempenho profissional, com fixação de objectivos;
- Uma gestão integrada do património da PLZ e do património do Município explorado em regime de cedência, rentabilizando-o na perspectiva da sua correcta ocupação;
- Manter a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos.

ad
t
MK

2.1.1 Infraestruturas & Programas

Pretendemos dar especial relevo à racionalização das operações, com acções de reestruturação, racionalização de custos e novas formas de organização mais eficazes dos recursos disponíveis. A necessidade de incremento da manutenção e do investimento é hoje uma evidência, sustentada pela antiguidade dos projectos e idade das instalações/equipamentos. A contínua diminuição do poder económico, decorrente da desfavorável conjuntura económica, poderá conduzir a uma perda da receita o que obriga a uma atitude ainda mais crítica e atenta nas opções a desenvolver neste período.



OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	PROPOSTAS DE ACÇÃO	EIXOS DE INTERVENÇÃO A PRIVILEGIAR
<p>A - As actividades lúdicas, físicas, culturais e o desporto, são hoje, assumidamente factores de coesão social, constituindo importantes instrumentos de realização e afirmação pessoal de cada portuense.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades dessa índole, com regularidade, alicerçados no conhecimento das suas efectivas capacidades de promotores da saúde e do bem-estar; - Promover um significativo aumento na percentagem de portuenses, oriundos de todos os estratos sociais, a envolverem-se na prática regular dessas actividades, independentemente da sua forma de participação (federada, não federada, de alto rendimento ou lúdica). 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações/Equipamentos; - Programas.
<p>B - Gerir os equipamentos municipais, colocando-os ao serviço de todos os portuenses, seus visitantes e dos que diariamente trabalham na cidade, salvaguardando devidamente a sua correcta utilização e potenciando a sua ocupação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir diversidade de práticas e de locais de exercitação; - Promover uma disponibilização e uso facilitado das instalações, bem como assegurar níveis confortáveis de segurança aos seus participantes; - Divulgar de forma activa as formas e locais de prática existentes na cidade; - Assegurar um custo razoável para a utilização dos equipamentos municipais; - Articular com as estruturas do Governo Central, Regional e Local, no esforço da renovação das estruturas edificadas e na construção de novos equipamentos capazes de darem resposta às novas realidades ou às crescentes exigências normativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações/Equipamentos; - Programas/Projectos; - Atlas Desportivo da Cidade do Porto – Actualização permanente.
<p>C - Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, e potenciar os êxitos desportivos dos seus campeões, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar o ingresso na prática desportiva nos escalões de formação; - Favorecer o espírito de missão e de entreatujuda praticado pelo dirigismo associativo desportivo, recreativo e cultural, bem como do voluntariado; - Participar, directa ou indirectamente, na oferta das actividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, pugnando pelo seu equilíbrio; - Pugnar por uma maior participação da população feminina. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações/Equipamentos; - Programas/Projectos.
<p>D - Valorizar a componente performativa no domínio da arte, dos seus executantes e agentes culturais, enquanto elementos indutores da cultura na cidade, e entre outros, no reforço e salvaguarda do seu património histórico, artístico e cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar às diferentes companhias e agentes culturais, oportunidades de participação e realização de manifestações culturais representativas da cultura e história da cidade; - Criar condições para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas ligadas às áreas de lazer e animação cultural, valorizando a sua actividade enquanto elementos activos no suporte do desenvolvimento cultural da cidade e do bem-estar dos cidadãos e seus visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações/Equipamentos; - Programas/Projectos.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	PROPOSTAS DE ACÇÃO	EIXOS DE INTERVENÇÃO A PRIVILEGIAR
<p>E - Promover a realização de eventos internacionais, cuja dimensão e qualidade projectem o nome da cidade e potenciem a sua convivência com outras culturas e experiências e constituam referência de potencial turístico municipal e intermunicipal e, nomeadamente, do norte da Galiza.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com parceiros a realização de eventos de elevada complexidade e notoriedade nacional e internacional; - Captar no mercado nacional e internacional, eventos de qualidade que projectem a cidade; - Prever e accionar os mecanismos capazes de darem resposta a um aumento da procura, por parte dos portuenses, ao nível da prática e da contemplação das actividades físicas e desportivas, bem como na área das artes performativas e das artes do espectáculo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações/Equipamentos; - Porto Descentralizado.
<p>F - Participar na modernização e desenvolvimento científico no domínio das actividades físicas, desportivas, recreativas e culturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar às instituições credíveis da cidade, o acesso aos equipamentos desportivos municipais para a investigação de ponta na área da prática das actividades físicas, desportivas, recreativas e culturais; - Favorecer estágios profissionais e curriculares que visem captar e solidificar profissionais com elevada formação e motivação para a área das actividades físicas, desportivas, recreativas e culturais, quer nas vertentes da formação, da competição, do ensino, da manutenção, da gestão, dos eventos ou das performances. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações/Equipamentos.

Em termos de política de manutenção, requalificação e/ou construção das infraestruturas geridas pela PortoLazer definiu-se que a DomusSocial e a GOP serão as entidades municipais responsáveis pela sua execução, cabendo à Portolazer a definição de objectivos, a coordenação e a monitorização das acções a empreender. Ficará no perímetro de competência da PortoLazer a manutenção de pequeno porte, indispensável ao funcionamento diário das instalações com níveis satisfatórios de qualidade e segurança.

É de assinalar o esforço em investimento no ano 2010 na requalificação das piscinas que permitirá sobretudo a melhoria do desempenho energético deste tipo de equipamentos. O detalhe está no ponto 2.2. e 3.2..



Porto Jovem

Este programa engloba um conjunto de actividades e projectos/programas, orientados para a prática desportiva jovem, prevendo-se a participação e parceria com várias entidades (DREN, Escolas, Juntas de Freguesia, Clubes/Colectividades, Associações de Modalidade, etc.).

Programas de Acção:

- "Actividades de Extensão Curricular", "Campos de Férias", "Estrelas vão à Escola", "Inter-Freguesias", "Festivais", "Vamos Nadar" e "DesPorto Verão";

- "Eventos";

- "Porto Instalações/Equipamentos (Instalações desportivas, Pavilhão Rosa Mota, Queimódromo)".

af
b
mf

Porto Sem Barreiras

Através de parcerias com as associações representativas dos diferentes graus de deficiência e clubes com Desporto Adaptado da cidade do Porto, pretendemos apoiar a realização e o desenvolvimento de acções de divulgação e de prática de modalidades específicas desta população. Está prevista a cedência de material desportivo, a cedência de instalações ou a prática de preços intervencionados e, ainda, a coordenação e acompanhamento dos processos relacionados com a mobilidade e acessos. Daremos especial enfoque na colaboração com o Provedor para o Cidadão com Deficiência, no desenvolvimento destas acções, ou de outras a criar.

Programas de Acção:

- “DesPorto Adaptado”, “Desporto Saúde”, “Natação Para Bebés”, “Dia Internacional da Pessoa Com Deficiência”;
- “Porto Instalações/Equipamentos (Instalações desportivas, Pavilhão Rosa Mota, Queimódromo)”.

Porto Associativo

Suportando-nos em critérios de promoção do incremento quantitativo e qualitativo do desporto portuense, que permitam proporcionar condições igualitárias no acesso às práticas desportiva, apoiaremos as entidades desportivas da cidade, nomeadamente, na divulgação e apoio de candidaturas aos programas promovidos pelo poder central; na valorização da componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes e, no potenciar dos êxitos desportivos dos seus campeões, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional.

Programas de Acção:

- “Protocolos de Colaboração com Clubes e Associações”, “Apoio ao Movimento Associativo”, nomeadamente na colaboração em cursos de formação de dirigentes, na assessoria na construção de instalações, na colaboração e requalificação de espaços e



equipamentos", "DesPorto Federado", "Loja do Corredor" e "Divulgação das Tecnologias de Informação e Comunicação".

- "Porto Instalações/Equipamentos (Instalações desportivas, Pavilhão Rosa Mota, Queimódromo)".

Porto Sénior

Conscientes da importância da prática de uma actividade física e/ou desportiva regular pela população sénior da cidade, providenciaremos a organização e disponibilização de actividades lúdicas, físicas, desportivas e culturais com regularidade junto dos munícipes com mais de 55 anos, alicerçados no conhecimento das suas efectivas capacidades de promotores da saúde e do bem-estar deste público.

Programas de Acção:

- "No Porto a Vida é Longa", "DesPorto Saúde" "DesPorto Informal", "Dia do Aposentado", "Boccia";

- "Porto Instalações/Equipamentos (Instalações desportivas, Pavilhão Rosa Mota, Queimódromo)".

Porto Descentralizado

Através da celebração de protocolos de cooperação desportiva e cultural, não deixaremos de colaborar com entidades públicas (nacionais ou internacionais).

Anda Porto

Daremos continuidade ao programa de aconselhamento para as actividades de corrida, caminhadas e "ciclo-passeios".

d
6
PLZ

Colocar os equipamentos municipais ao serviço de todos os portuenses, seus visitantes e de todos os que diariamente trabalham na cidade, salvaguardando devidamente a sua correcta utilização, potenciando a sua ocupação e ajustando-os constantemente ao desafio das novas práticas, são os nossos objectivos.

Nesse sentido, implementaremos acções dirigidas à qualificação dos equipamentos desportivos, no enquadramento das competências atribuídas à PLZ, prestando, sempre que solicitados, pareceres de consultoria e apoio técnico às entidades promotoras na elaboração de projectos/programas.

d
la
ms

As Instalações/equipamentos desportivos ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto. Nessa perspectiva, as diferentes instalações desportivas municipais actualmente disponíveis poderão proporcionar diferentes vivências desportivas, aspecto que importa explorar.

Programas de Acção:

- Instalações/equipamentos: manutenção, requalificação, investimento, certificações, estudo procura.

Queimódromo

Situado numa área privilegiada da cidade, entre o Parque da Cidade e o oceano Atlântico, junto de uma ampla zona habitacional e industrial, o Queimódromo oferece-nos um leque de opções e oportunidades que podem fazer dele uma área de lazer e entretenimento constantes. A sua localização, associada à sua estrutura física, que inclui uma área de cerca de 50.000 m² toda alcatroada, e o facto de se encontrar dotado de infra-estruturas de água, saneamento, telecomunicações e electricidade, permitem-nos afirmar que se trata de facto de uma instalação com elevado potencial de utilização.

Até à data tem vindo a ser utilizado para eventos de grande dimensão, como foi o caso do Circuito da Boavista, da Red Bull Air Race, do concerto dos Keane, do Festival Super Bock, da Exposição de automóveis, do Circo de Natal e da Queima das Fitas. Estas ocupações são, no entanto, muito espaçadas no tempo, o que implica uma taxa de ocupação e um aproveitamento muito aquém do referido potencial deste espaço.

Propomos, assim, dotar o Queimódromo de infraestruturas que lhe permitam uma ocupação diferenciada e permanente, vocacionada para a população em geral, através da conjugação de várias valências num mesmo espaço. Todas as soluções planeadas para este local serão pensadas de forma a serem facilmente amovíveis, sempre que

d
b
mf

surja essa necessidade. Pretende-se que, depois de criadas, se mantenham durante o maior tempo possível, embora sem prejuízo das actividades e eventos programados para o espaço.

O futuro do Queimódromo passará por estudar soluções que potenciem as receitas e visem um incremento da sua oferta, afirmando-se como alternativa aos espaços adjacentes. Procurar-se-ão soluções que não alterem a estrutura actual e que permitam dar continuidade à realização de uma variedade de eventos de grande dimensão.

Monte Aventino

As principais valências deste espaço são as aulas de ténis ou utilização livre.

A utilização por pessoas com mobilidade reduzida está salvaguardada ao abrigo do programa Desporto Sem Barreiras de apoio ao Desporto Adaptado. Está prevista também a utilização do ginásio de cardiofitness pelos seniores inscritos no programa "No Porto a Vida é Longa...".



Este equipamento compreende: 5 campos de ténis em terra batida e um em relva sintética (dois deles semi-cobertos e um designado por campo central com bancadas de betão); uma parede de bate-bolas; uma tribuna de imprensa, com equipamentos de bar e sanitários; 4 quadras de squash devidamente credenciadas, e preparadas para receberem torneios internacionais; um ginásio de cardiofitness; um edifício com balneários; área administrativa; serviços; WC's; restaurante; bar;



duas salas actualmente destinadas a fins comerciais (um gabinete de fisioterapia e uma loja de venda de artigos desportivos).

Encontra-se em fase de estudo a sua eventual requalificação, em colaboração com a Direcção Municipal de Urbanismo e o Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal do Porto.

Pavilhão Rosa Mota

O Pavilhão Rosa Mota insere-se nos Jardins do Palácio de Cristal e destaca-se por ser uma instalação de referência na cidade do Porto, representando um ícone da cidade. A sua localização privilegiada, com boa acessibilidade e facilidade de estacionamento, fazem com que seja um local incontornável para a realização de eventos.

Contudo, a idade considerável desta estrutura tornou imperiosa a sua reabilitação, de forma a adaptá-lo às novas necessidades da cidade e até mesmo de toda a área metropolitana.

Até que o seu encerramento para as obras de requalificação ocorra, o que deverá acontecer no 4º trimestre de 2010, o Pavilhão continuará em funcionamento, oferecendo o mesmo tipo de serviço que tem vindo a prestar até hoje.

As reservas do espaço têm vindo a decorrer normalmente, estando já garantidos 2 grandes concertos para o 1º trimestre de 2010.

Todas as acções tendentes à requalificação estrutural do Pavilhão Rosa Mota/Palácio de Cristal, por se tratar de um projecto de grande envergadura e relevância, encontram-se autonomizados no ponto 2.1.4., respeitante a projectos estruturantes.

d
G
MF

d
b
mf

Rede Municipal de Grandes Campos e Espaços Exteriores



Campo Sintético do Viso

- O **Campo Sintético do Viso** situa-se na Freguesia de Ramalde e é constituído por um campo em relva sintética com tratamento de areia. O campo está habilitado para a prática das modalidades de Futebol de 7, Futebol de 11 e Hóquei em Campo, esta última com condições para a disputa de jogos oficiais. Esta instalação está preparada para funcionar a qualquer hora do dia e até às 23 horas, dispondo para o efeito de luz artificial. A sua utilização é feita tanto por clubes como por particulares.

d
g
MK

Campo Futebol de Campanhã

- O **Campo Futebol de Campanhã** situa-se na Freguesia de Campanhã e é constituído por um campo em relva sintética com tratamento de borracha. O campo está habilitado para a prática das modalidades de Futebol de 7 e de Futebol de 11, esta última com condições para a disputa de jogos oficiais. Esta instalação com luz artificial está preparada para funcionar a qualquer hora do dia e até às 23 horas. A sua utilização é utilizada tanto por clubes como por particulares.

Polidesportivos

- **Rede Municipal de Polidesportivos de Exterior (REMUPE)** corresponde ao conjunto de espaços exteriores anteriormente designados de riques ou ringues desportivos, localizados na sua quase totalidade nas proximidades ou no interior dos bairros sociais da cidade. À medida que estes espaços vão sendo requalificados, passam a integrar a designada REMUPE.

A rede contou, em 2008, com o acréscimo de dois mini-campos construídos com o apoio da Federação Portuguesa de Futebol e do Instituto de Desporto de Portugal.

Ainda como parte da REMUPE, englobam-se um conjunto alargado de "recantos desportivos". Estes recantos, criados em 2005, e constituídos essencialmente por um conjunto de equipamentos destinados à prática do basquetebol de rua, visam facilitar, ainda mais, o acesso à prática desportiva, levando-a até "à porta do munícipe".

Rede Municipal de Pavilhões



g
b
MF

- A **Rede Municipal de Pavilhões (REMUPA)** é constituída, à data, por três Pavilhões Polidesportivos integrados em escolas públicas. São eles os pavilhões: Pêro Vaz de Caminha, Nicolau Nasoni e Fontes Pereira de Melo. Estes pavilhões são explorados pela PLZ no horário semanal pós-lectivo, bem como ao fim-de-semana e feriados. Durante o ano de 2010 serão incluídos na Rede Municipal de Pavilhões, os pavilhões do Viso e de Irene Lisboa.

Nestes espaços são praticadas um variado leque de modalidades desenvolvidas por clubes e particulares: Karate, Taekwondo, Basquetebol, Boccia, Andebol, Esgrima, Futsal, Hóquei de Sala, Voleibol, Iai-Do, JoDo, Judo, Naginata, Desporto Adaptado e Defesa Pessoal.

Ao fim-de-semana, o espectáculo desportivo federado ocupa uma grande fatia do tempo de funcionamento destes espaços.

Rede Municipal de Piscinas



- A **Rede Municipal de Piscinas (REMUPI)** da cidade do Porto é composta por quatro piscinas (Campanhã, Cartes, Constituição e Eng. Armando Pimentel). Estas, apresentam uma tipologia diversificada, decorrente essencialmente da distância temporal da sua construção e/ou das características sócio-económicas e topográficas da sua área de implantação.

Piscina de Campanhã

A piscina de Campanhã, é uma piscina que se encontra coberta com um balão insuflável de Outubro a Maio, e onde decorrem treinos e competições de alto rendimento de Natação e Pólo Aquático. Desenvolvem-se ainda nesta instalação alguns projectos da PLZ para populações específicas: "Vamos Nadar" – Crianças; "No Porto a Vida é Longa" – Seniores; Desporto sem Barreiras – Actividade física para cidadãos com mobilidade reduzida. Nos meses de Verão (Junho a Setembro) esta piscina encontra-se descoberta, sendo bastante procurada pela população para ocupação dos tempos livres, bem como por instituições de carácter social para a

d
b
mf

realização de campos de férias. Esta instalação permite o treino de alto rendimento e a realização de competições nacionais e internacionais de Natação e de Pólo Aquático. A substituição do actual sistema de cobertura de Inverno será colocada no âmbito das nossas preocupações futuras.

Piscina de Cartes

Na piscina de Cartes desenvolvem-se aulas de natação e actividades aquáticas, bem como alguns projectos da PLZ para populações específicas ("Vamos Nadar" - Crianças e "No Porto a Vida é Longa" - Seniores) e para Instituições de Carácter Social.

Piscina da Constituição

A piscina da Constituição é uma instalação desportiva com elevada procura, disponibilizando uma elevada diversidade de serviços na área das actividades aquáticas e actividades de grupo.

Esta instalação sofreu já uma remodelação que a aproximou, em termos de qualidade, com os padrões dos vários operadores privados que lhe estão mais próximos. No entanto, há a necessidade de a dotar com outros equipamentos, capazes de oferecer aos utentes um leque mais diversificado de actividades para praticar.

Piscina Eng. Armando Pimentel

Na piscina Eng. Armando Pimentel desenvolvem-se aulas de natação e actividades aquáticas. Esta piscina possui também um tanque de mergulho que é utilizado para cursos de mergulho e aulas de natação, bem como para preparação e manutenção da capacidade de intervenção do Corpo de mergulhadores dos BSP e do SERNA. Este espaço disponibiliza ainda um serviço complementar de cardiofitness.



2.1.2 Eventos

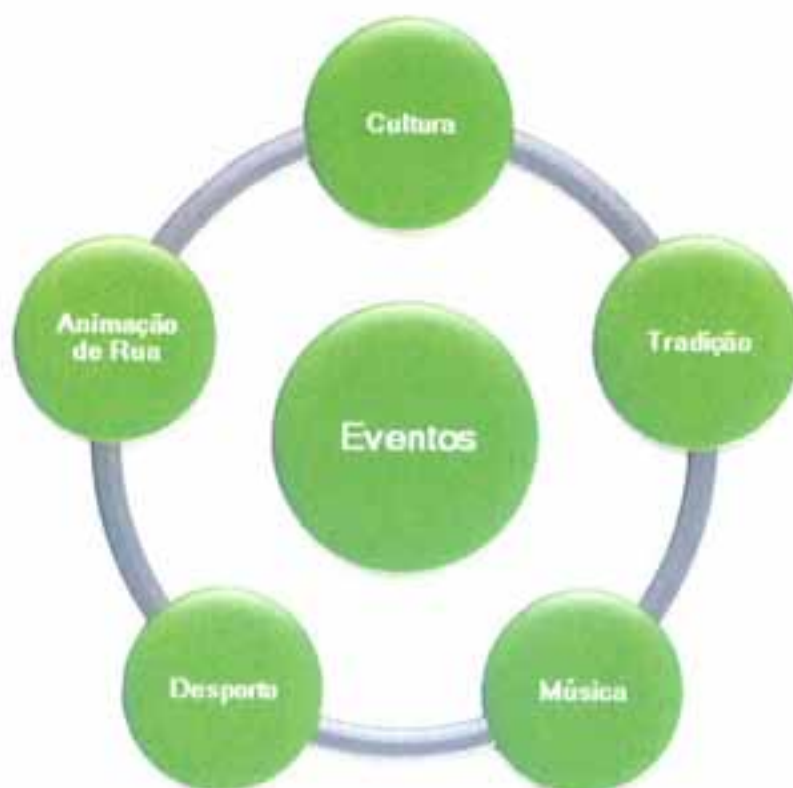
A afirmação da cidade do Porto no seu contexto Global, e o papel da estratégia de eventos da cidade como factor crítico de atractividade, serão os pontos de partida para o processo de reflexão a realizar durante o ano de 2010.

A marca Porto contém um potencial de crescimento inegável, que poderá ser amplificado e direccionado de uma forma mais eficaz, quando for associado a iniciativas que funcionem como aceleradores de procura que se traduzam em valor para a economia da Cidade e da Região.

Agregar a oferta da cidade em momentos cruciais da mesma, envolvendo todos os parceiros de uma forma lógica e integrada, e associando a esta oferta uma comunicação coerente e diferenciadora, será determinante para o sucesso desta estratégia de afirmação da marca Porto.

O processo de desenvolvimento estratégico deste conceito agregador terá sempre como ponto de partida a reunião de todos os agentes de dinamização da cidade, que acrescentem valor no sector dos eventos. A experiência e as mais-valias demonstradas pela PortoLazer nos últimos 3 anos fazem dela o interlocutor natural, e privilegiado, junto de todas estas entidades, surgindo também como elemento facilitador junto de todo o Universo da CMPORTO. E deve ser este o posicionamento da PLZ facilitar a vida dos agentes económicos e culturais da Cidade, apostando de forma gradual na sustentabilidade dos projectos, no sentido de os tornar autosuficientes, caminho esse que será tanto mais longo quanto a complexidade e dimensão dos projectos.

Os Eventos previstos para 2010 desenvolver-se-ão essencialmente em cinco grandes áreas estratégicas: Cultura, Animação de Rua, Tradição, Desporto e Música.



Uma estratégia sustentada de afirmação da cidade do Porto terá de ser essencialmente diferenciadora, valorizando as características da cidade, e tornando clara a promessa de uma cidade apta a gerar uma experiência única a todos os que nela vivem ou a visitam. A visibilidade das nossas iniciativas não se poderá confinar aos nossos limites territoriais, devendo sempre ser tido em conta o enquadramento nacional, e, sobretudo, assumida a vocação da visibilidade internacional dos nossos eventos.

O valioso Património da Cidade do Porto, com particular destaque para a Zona Histórica e Baixa da Cidade, continuará a ser a aposta principal na intervenção da PortoLazer.

d
b
mf

A PortoLazer deverá ainda potenciar a organização e o acolhimento de acontecimentos nacionais e internacionais de reconhecida qualidade e que sirvam também para estimular a participação dos portuenses em eventos de referência e aumentar a notoriedade da marca PORTO.

Durante o ano de 2010 há forte probabilidade da ocorrência de eventos não previstos em sede orçamental, e cuja dimensão justifique uma revisão do Plano de Actividades, e possivelmente, a negociação com o Município do reforço orçamental. Inserem-se neste âmbito a visita de Sua Santidade, o Papa, ao Porto, a Japan Week, bem como a realização de outros eventos que pelo seu impacto na vida da Cidade implique este procedimento.



As iniciativas de índole Cultural continuarão a ser uma forte aposta da PortoLazer.

Neste contexto continuaremos a apostar em parcerias com as instituições da Cidade, apoiando de várias formas as realizações já existentes e potenciando o seu crescimento e a sua afirmação noutros locais do Porto. Serralves em Festa, FITEI, FIMP e as inaugurações simultâneas das Galerias de Miguel Bombarda, são alguns exemplos de sucesso, a repetir em 2010.

Ainda no que diz respeito a esta política de parcerias, está prevista a intervenção nas mais diversas áreas, passando pela música, cinema e teatro. O objectivo é o de concretizar, ou ajudar a concretizar, iniciativas de cada vez mais elevada qualidade que se traduzam numa oferta geral da cidade mais variada e valiosa, sendo, por isso, um inevitável factor de atracção de público.

d
b
MF

Realizar iniciativas próprias em locais públicos, como por exemplo, exposições que tragam um efectivo valor acrescentado à Cidade, continuará a ser também um dos aspectos relevantes. Nesse sentido, prevê-se, para 2010, a realização de exposições próprias com um elevado potencial de atracção de público interno e externo à cidade, com um particular enfoque para a população estudantil.

Está prevista ainda a concretização de actividades lúdicas de índole diversificada junto dos Bairros da Cidade, sempre em estreita articulação e colaboração com as entidades do Universo da Câmara Municipal do Porto, com responsabilidades na área de intervenção social.

As novas centralidades, como é o caso da zona dos Clérigos, continuarão a contar com uma atenção especial, dando continuidade a uma dinâmica muito própria que se tem vindo a instalar sobretudo nos últimos três anos, e que a PortoLazer tem vindo a incrementar e amplificar, com resultados já visíveis e reconhecidos por muitos.

Esta nova abordagem de relacionamento com as instituições da cidade introduzida em 2007 pela PortoLazer é hoje, sem dúvida, um êxito confirmado.

Reforçamos o papel da PLZ nesta matéria, que não passa pela injeção de dinheiros públicos nos projectos, mas por um papel de facilitador e indutor de parcerias para, e com instituições de relevo da Cidade, o que fez com que o todo, da oferta de animação na Cidade, fosse maior que a soma das partes. E portanto este rumo que nos propomos a prosseguir, facilitar a dinâmica dos agentes económicos e culturais, aproximando-os, numa lógica transparente e sustentada.



Em 2010 pretendemos privilegiar a Animação de Rua aproveitando a experiência adquirida pela PLZ desde a sua fundação, com base numa atitude mais selectiva que privilegiará a qualidade em detrimento da quantidade.

Performances, concertos, animações de rua, arte pública, são áreas de afirmação de uma dinâmica muito própria da nossa Cidade e que deverá continuar a envolver os seus habitantes e as suas instituições. Iniciativas cujo palco é o espaço público (Praças, Avenidas, Parques, Jardins, Mercados e Ruas). Iniciativas cuja dimensão, localização e originalidade, reforçarão a atracção turística na Baixa e no Centro Histórico e, consequentemente, a economia local.

O Carnaval será de novo comemorado na Avenida dos Aliados e, mais uma vez, forma original. É nossa intenção valorizar instituições da Cidade do Porto, como companhias de teatro, artistas, ranchos e colectividades. Tal como acontece desde 2007, o Carnaval será, em 2010, comemorado com entusiasmo e muita animação nas ruas do Porto.

A comemoração do Natal concentrar-se-á novamente na zona da Baixa Portuense, prevendo-se um enfoque específico na área da Animação de Rua. Começa já a ser uma tradição o forte investimento em actividades durante este período do ano.

af
L
MF



Tradição

O Porto é sem dúvida uma cidade com tradição, sendo o São João a iniciativa que, nesta área, apresenta um maior potencial de visibilidade. Relevante é o facto de o São João ser o santo popular mais comemorado em todo o mundo, aliado ao facto de o São João do Porto assumir características que o tornam um evento único. A espontaneidade com que toda a população adere e contribui para a animação da cidade, e a dança dos martelos a que poucos, ou nenhuns, escapam, são duas destas características. Estamos assim perante um evento com uma vocação universal, e, ainda, com características intrínsecas que lhe conferem uma capacidade de afirmação efectivamente diferenciadora. Por outro lado, este é já um evento de sucesso, que nos permite afirmar que o Porto é o palco da maior festa popular do País. As 500 mil pessoas que enchem as ruas da cidade, num movimento de aparente caos, mas com objectivos implícitos muito bem estabelecidos, que se concretizam no mesmo ritual, ano após ano, não deixam ninguém indiferente. E este é de facto um ritual contagiante, que nos permite antever também um elevado potencial de prescrição de todos os que vivam esta experiência a futuros visitantes da cidade.

Projectar as Festas da Cidade do Porto como um acontecimento nacional, reunindo e comunicando toda a programação da cidade prevista para o mês de Junho, será uma forma de dar escala esta dimensão, abrindo caminho para a futura afirmação além-fronteiras. As várias realizações organizadas pelas diferentes instituições do Porto deverão integrar assim o cartaz da cidade para este mês, abrigadas sob o conceito *umbrella* das Festas da Cidade do Porto ou do São João do Porto. As Rusgas e a Cascata serão, mais uma vez, pontos altos nestas Festas da Cidade. O apoio directo às colectividades e Juntas de Freguesia irá manter-se, como reconhecimento do papel que estas entidades têm no sucesso daquela que é a maior festa popular do nosso País.

O Dia Nacional dos Centros Históricos e o Dia Mundial da Criança vão continuar a ser organizados pela PortoLazer, em conjunto com os vários Departamentos Municipais.

A Gastronomia e os Vinhos são uma marca forte da Cidade e da Região a nível local e global. Nesse sentido a dinamização deste sector, com forte envolvência e estreita parceria com as diferentes partes interessadas no mesmo, é determinante para a dinamização da Cidade. A estratégia deverá ser construída com base nos bons exemplos existentes, integrando-os, complementando-os, no sentido de lhes dar escala e desta forma alavancar não só a animação na Cidade, mas também a procura Turística, razão pela qual este trabalho será desenvolvido em estreita colaboração com o sector do Turismo da Autarquia e outros agentes relevantes para o efeito.



A actividade física e desportiva é, hoje, assumidamente um factor de coesão social, e potenciador de actividade económica. Realidade que aliada à forte tradição do Porto no sector de desporto, fazem deste vector estratégico um elemento a ter em conta no momento de desenhar a oferta de conteúdos a apresentar pela PLZ. Nesse sentido privilegiaremos eventos desportivos com notoriedade local e internacional que sempre que possível conciliem a componente lúdica com a componente de competição, envolvendo não só a população, quer nos conteúdos, quer na própria animação da Cidade, mas conseguindo paralelamente atrair eventos com figuras de destaque do desporto nacional e internacional.

Nesse sentido, iremos continuar a proporcionar condições para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas ligadas à promoção desportiva, valorizando a sua actividade enquanto agentes activos no suporte do desenvolvimento cultural da cidade e do bem-estar dos cidadãos e dos seus visitantes.

Iniciativas como as Corridas das Festas da Cidade, a Maratona do Porto, as Corridas de São Silvestre do Porto, o Porto Bike Tour, a Corrida da Mulher, entre outras,

d
b
mf

continuarão a ser desenvolvidas na Cidade do Porto, de forma a que possamos atrair cada vez mais adeptos de um estilo de vida saudável.

Também nesta área, e explorando a qualificação da Selecção Nacional de Futebol para o Mundial de 2010, vamos poder assistir às transmissões dos jogos de Portugal em grandes ecrãs gigantes, bem como a outros jogos relevantes do torneio. Para esse efeito serão criadas zonas onde será possível visionar de forma confortável esses jogos, e onde decorrerão também várias actividades de animação. Serão zonas de divertimento com música e actividades paralelas tendo como mote o Campeonato do Mundo de Futebol. Existirá neste capítulo um envolvimento muito grande de patrocinadores que potenciarão estes locais.

O Festival Alternativa continuará a afirmar-se como uma iniciativa em que os Desportos Radicais serão uma realidade, privilegiando a localização junto à nossa costa marítima.

Em resumo, iremos desenvolver uma oferta selectiva que privilegie a qualidade e que de forma gradual contribua para o reforço da notoriedade da marca PORTO no contexto local e global, potenciando a diversidade e o trabalho em rede entre os diferentes agentes, sejam eles públicos ou privados.



d
b
mc

A aposta na realização de eventos musicais em espaços públicos vai continuar, dando seguimento às iniciativas que se têm vindo a realizar em locais como os Jardins, Praças, Parques, Coretos e outros locais emblemáticos da Cidade do Porto, sendo, numa componente da proposta um complemento ou uma extensão do vector Animação de Rua.

A exemplo do que foi feito no passado recente, serão realizadas várias iniciativas de cariz musical, de dimensão variável, mas com o mote comum de estimular e aumentar a frequência da presença de público nestes locais da cidade, gerando assim novas dinâmicas em torno destes espaços.

O Concerto da Passagem de Ano é um dos acontecimentos musicais previstos para a Avenida dos Aliados que será, uma vez mais, o palco principal da Passagem de Ano. A aposta será feita novamente na música de cariz popular e num espectáculo de fogo-de-artifício, que voltará a ter como cenário a Praça Central da Cidade.

Iremos acolher ainda outras iniciativas musicais, tais como festivais e concertos da Banda Sinfónica Portuguesa e, ainda, solidificar iniciativas que têm vindo a granjear um enorme sucesso nos últimos anos, como são os casos dos eventos Porto Blue Jazz e Porto Sounds.

Nesta área vamos continuar a apostar nas Noites Ritual como um grande Festival de acesso livre, um evento que em 2009 atingiu a sua maioridade e levou cerca de 25.000 pessoas aos Jardins do Palácio de Cristal.



d
G
MF

OUTROS EVENTOS RESULTANTES DE PARCERIAS ESPECÍFICAS E SUPTADOS EM CANDIDATURAS AO QREN

Na área dos eventos, e tendo em conta as oportunidades existentes, a PortoLazer, em parceria com várias instituições da Cidade, candidatou-se no ano de 2009 a vários programas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A aposta foi feita na dinâmica do turismo e reforço das actividades na Baixa e no Centro Histórico do Porto. As candidaturas que a PortoLazer protagonizou, caso venham a ser submetidas a contratualização, irão trazer mais-valias à Cidade, gerando novas oportunidades na dinâmica económica que esta área poderá provocar.

Trata-se de projectos de âmbito cultural e de comunicação cívica, que partem da aplicação de metodologias de participação dos cidadãos no design de programas inovadores, e cujos objectivos passam por envolver os diferentes actores sociais.

Foram apresentadas duas candidaturas ao QREN:

- Valorização do Território, Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano - "1ª Avenida Dinamização Económica e Social da Baixa do Porto. Esta candidatura tem como entidade líder a Porto Vivo;
- Valorização da Cultura e da Criatividade – "Porto 2.0 – Festival da Cidade em Mudança". Esta candidatura tem como entidade líder a PortoLazer.

As candidaturas ao QREN aqui retratadas encontram-se em fase de análise pela entidade competente, aguardando-se a sua aprovação nos primeiros meses de 2010.

2.1.3 Comunicação & Marketing

O ano de 2010 será o ano de consolidação da notoriedade e visibilidade criadas em 2009 através do *claim* "O Porto Chama por ti", do incremento qualitativo e quantitativo dos canais de comunicação (comunicação interna e externa), do desenvolvimento de acções aptas a gerar associações valiosas para a política desportiva e de eventos da cidade, e da definição – e início de implementação - de uma estratégia de afirmação e diferenciação da marca PORTO dentro e fora da cidade (e do país).





Objectivos
Especificos

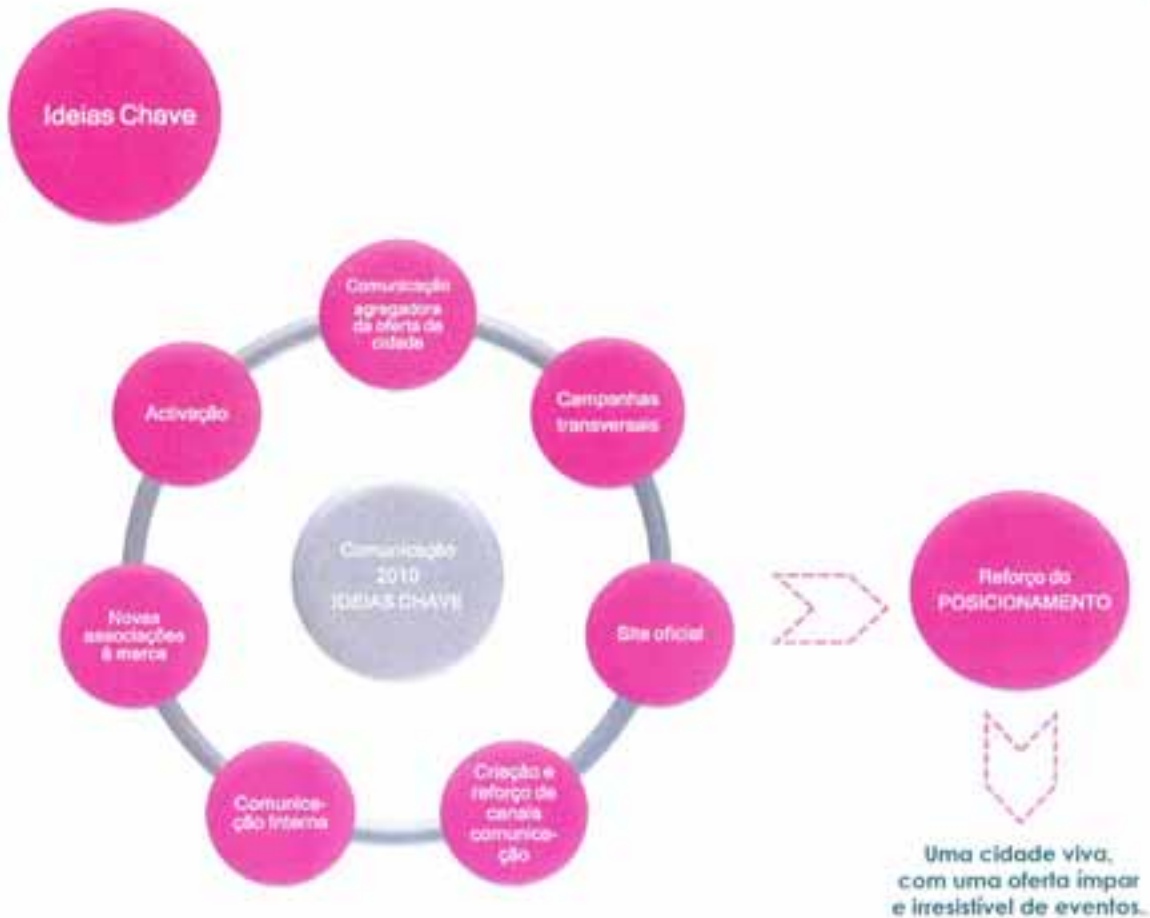
d
b
mf

Públicos internos (PortoLazer e Universo CMPORTO):

- Manter um **fluxo de comunicação** constante sobre as concretizações da PortoLazer;
- **Despertar** sentimentos de **pertença**;
- **Envolver todos nos objectivos comuns da PortoLazer.**

Públicos externos (público final e potenciais patrocinadores e parceiros):

- Despertar sentimentos de **admiração e valorização da oferta** da cidade;
- Incrementar a adesão aos eventos, acções e programas disponíveis;
- Promover a **satisfação e fidelização**;
- Captar o interesse e o envolvimento de potenciais patrocinadores, parceiros e órgãos de comunicação social, na realização e veiculação dos eventos da cidade.



- **Uma cidade, uma oferta variada e completa, um só posicionamento**

A diversidade de eventos, programas e acções e as diferentes origens das imagens de comunicação de alguns eventos (como foi o caso das diversas corridas de atletismo realizadas e de eventos como a Red Bull Air Race) foram determinantes na adopção da estratégia de identidade e posicionamento definida em 2009, e concretizada no *claim* institucional "O Porto chama por ti". Esta assinatura foi integrada num logótipo compósito, que reúne ainda a identidade da CMPORTOorto e da PLZ. "O Porto chama por ti" concretiza o posicionamento da cidade no que diz respeito à sua oferta de eventos e de prática desportiva: "Uma cidade viva, com uma oferta ímpar e irresistível de eventos. Um apelo irrecusável para sair e viver a cidade".

Em 2010 a visibilidade da CMPORTOorto e da PLZ deverá continuar a ser assegurada através da reutilização dos **suportes gerais de visibilidade desenvolvidos em 2009, reforçada com a eventual criação de novos suportes**

com a mesma vocação. Estes suportes deverão continuar a conter o *claim* referido.

Assistir-se-á, ainda, à introdução gradual de uma comunicação bilingue, adequada a uma cidade que se quer, e pode, afirmar no panorama internacional.

No final de 2010, e partindo da análise da oferta da cidade no triénio seguinte, deverá ser avaliada uma eventual evolução deste *claim*.

- **Comunicação Institucional**

Reforçar a imagem da PLZ através do incremento quantitativo e qualitativo dos meios e dos canais de comunicação institucional é, sem dúvida, estrategicamente relevante no plano de afirmação da CMPORTOorto e da PLZ e da cidade do Porto.

Sendo 2010 um ano de necessária contenção orçamental, preconiza-se o enfoque apenas nas áreas consideradas essenciais e inadiáveis, remetendo para um momento posterior o investimento em meios que permitirão no futuro uma comunicação mais estruturada e coerente e, por isso, mais eficaz e impactante, sobretudo a médio e longo prazo.

Neste enquadramento, destacam-se, para 2010, e a nível de comunicação institucional: a aquisição de fardas para os funcionários da PLZ ligados à logística, manutenção e *front office* dos equipamentos existentes e dos eventos previstos. Reforçar os suportes de visibilidade existentes, e criar alguns suportes essenciais de comunicação e apoio sobretudo à implementação dos eventos, serão também aspectos a merecer atenção.

- **Comunicação Interna**

Definir canais e formatar acções e suportes de comunicação interna, tendo em vista a informação e o progressivo e sustentado envolvimento da equipa PLZ.

d
b
PLZ

● **Comunicar toda a oferta da cidade nos momentos mais relevantes do ano**

Os principais momentos de oferta da cidade deverão comunicados através de um conceito criativo comum, apto a reforçar o posicionamento referido e a agregar toda a oferta da cidade associada aos seguintes momentos:

- S. João: Junho;
- Verão: Julho, Agosto e Setembro;
- Natal: Dezembro.

Este conceito agregador deverá ter a elasticidade suficiente para se adequar à comunicação da oferta disponível em cada um dos diferentes momentos, contendo também elementos aptos a gerar a diferenciação necessária e decorrente dos temas predominantes das épocas do ano a que será associado. O mês de Junho, e o S. João, será com certeza o momento a privilegiar, dado as suas características únicas e o seu potencial diferenciador e de afirmação da cidade do Porto como uma cidade única.

A oferta a divulgar será a de toda a cidade, assumindo a PLZ desta forma o seu papel de interlocutor privilegiado junto de todos os agentes de animação da cidade, e de facilitador de projectos que no futuro possam agregar vários destes agentes.

● **Campanhas gerais**

Prevê-se ainda a reedição das seguintes campanhas gerais lançadas em 2009, mantendo assim momentos de comunicação aglutinadora da oferta:

- Campanha geral de promoção da cidade a decorrer nos grandes momentos de animação da cidade e de forte presença de turistas (Páscoa, S. João, Verão, Natal). Esta campanha deverá ter a vocação de projectar a cidade do Porto para fora dos seus limites territoriais, promovendo-a em todo o país e no exterior. Decorrerá paralelamente com as campanhas de divulgação da oferta, enquadrando e reforçando a mensagem;
- Campanha de divulgação da oferta desportiva da cidade (equipamentos e programas);
- Campanha de promoção do programa "No Porto a Vida é Longa".

af
b
mf

Estas campanhas deverão manter as mesmas soluções criativas de 2009 permitindo, desta forma, uma repetição de mensagens que ainda mantêm validade e pertinência, e, simultaneamente, uma maior economia de recursos e a reutilização de alguns suportes de comunicação de 2009.

● **Site oficial, um instrumento prioritário de comunicação e de interacção**

Implementação e lançamento do novo site, cujo projecto se encontra em curso desde 2009, numa versão assumidamente mais intuitiva, evolutiva, interactiva, que se possa tornar efectivamente valioso enquanto sítio de consulta privilegiada sobre a oferta desportiva e de animação da cidade. Criar mecanismos de fidelização e instrumentos que a potenciem e que levem à sua prescrição a terceiros, será também um dos objectivos a cumprir com esta implementação.

Este será um projecto coordenado pela PortoLazer, em colaboração estreita com a Direcção Municipal de Sistemas de Informação, Porto Digital e Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal do Porto.

● **Reforço dos canais de comunicação existentes e criação de novos canais de comunicação**

- Criar suportes de comunicação específicos para a fase de montagem e desmontagem dos eventos, aptos a minimizar o inevitável impacto dos trabalhos decorrentes destas operações logísticas. Estes suportes deverão conter mensagens informativas, dirigidas a todos os que vivem, trabalham ou visitam a nossa cidade. As mensagens devem ser sucintas e adequadas a prevenir reacções negativas e privilegiar a comunicação bilingue. O tom deve ser esclarecedor e positivo, apto a gerar "good will" face à política de eventos da cidade. Estes suportes adoptarão sempre uma comunicação bilingue.
- Criar espaços de comunicação exterior próprios na cidade.
- Assegurar a presença nas redes sociais.

d
b
MK

- Estabelecer parcerias tendo em vista o estabelecimento de novas formas e novos pontos de comunicação (p.ex. hotéis e agências de viagens, parceiros na Galiza, entidades do Universo da CMPORTOorto, ente outros).
 - Estabelecer protocolos de colaboração com meios de comunicação, visando a utilização de meios *mass media* nas campanhas de comunicação a desenvolver.
 - Renovar, em Agosto de 2010, o contrato com a Porto Canal, que se traduz na divulgação semanal da agenda de eventos no programa Porto Alive. A relação de parceria que se tem vindo a estabelecer com esta Televisão, e o reduzido investimento em que se traduz o referido contrato, permite uma análise positiva da relação custo/benefício.
- **Novas associações à marca**
- Iniciar o desenvolver acções aptas a gerar associações valiosas para a marca PL (ambientais e sociais). Estas associações decorrerão de parcerias a obter com instituições de solidariedade social e entidades que desenvolvam a sua actividade na área ambiental.
- **Comunicação dos eventos próprios. Atrair »» Activar.**
- Tal como em 2009, a comunicação dos eventos assumirá um peso importante na atracção de público para os eventos a decorrer na cidade. A aposta continuará a ser feita em soluções visualmente fortes, com uma linguagem contemporânea, prestigiante, e com mensagens claras e facilmente descodificáveis pelos públicos visados, e próximas dos mesmos;
 - Prevê-se ainda o reforço da aposta já iniciada em 2009, com implementação de soluções de activação da presença da CMPORTOorto e da PLZ, aptas a gerar maior interactividade com o público final, mas também a introduzir factores de diferenciação e originalidade nos próprios eventos, acções e programas. Estas soluções poderão ser transversais aos vários eventos, e, nos eventos mais relevantes, poderão assumir uma versão *taylor made*.

• **Comunicação dos eventos apoiados**

- Garantir a visibilidade da CMPORTOorto e da PLZ nos suportes de comunicação destes eventos, garantindo desta forma a associação aos mesmos;
- A presença no decurso dos eventos com soluções de activação tal como previsto para a comunicação de eventos próprios no ponto anterior, será uma das ferramentas de comunicação a aplicar nos eventos a classificar como mais relevantes (p.ex. Bombarda, Mercados e outras manifestações de rua , ...)



A comunicação de eventos continuará a assumir um grande peso no orçamento de comunicação de 2010, preconizando-se que, no futuro, sobretudo a comunicação institucional, venha a assumir um peso relativo superior ao agora previsto.

No que diz respeito à comunicação relativa aos equipamentos e programas, durante o ano de 2010 deverão ser definidas as bases estratégicas de gestão destes equipamentos, que, nos anos seguintes, poderão implicar também um maior esforço de comunicação. O Queimódromo será com certeza um equipamento que poderá justificar este esforço de comunicação.



2.1.4 Projectos Estruturantes

A - REQUALIFICAÇÃO/RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL/ PAVILHÃO ROSA MOTA (PC/PRM)

- **Os Fundamentos**

Foi determinante a identificação da necessidade de requalificar estruturalmente o PC/PRM, com uma intervenção de fundo no sentido de o dotar de condições de polivalência alargada, nomeadamente para uma utilização multiusos, sem pôr em causa as componentes desportivas. Para além disso, *tomou-se também evidente e aconselhável equacionar novas formas de gestão do PC/PRM*, com o recurso a promotores especializados e com larga experiência, libertando o Município para outros objectivos mais próximos das suas competências e obrigações sociais.

- **O Estudo de Viabilidade**

O estudo realizado identifica claramente a necessidade de um equipamento da envergadura de "um novo" PC/PRM para a cidade do Porto, e para a sua Área Metropolitana, que seja capaz de acolher acontecimentos desportivos, espectáculos, encontros e outros eventos de grande dimensão, e em que a *versatilidade de funcionamento* seja a característica principal.



Com "um novo" PC/PRM e um Centro de Congressos a ele associado, a cidade do Porto passará a dispor de condições para a captação, quer de grandes eventos desportivos, quer de congressos internacionais, até agora impossíveis de realizar no Concelho, com os decorrentes benefícios socioeconómicos, nomeadamente na dinamização do sector do Turismo.

- **Concurso e Proposta**

A PLZ lançou um concurso público para a escolha de parceiro privado, tendo em vista a cedência à exploração do PC/PRM e do Centro de Congressos, bem como a gestão da renovação/requalificação do Pavilhão, mediante a celebração de um contrato de cessão de exploração, no respeito dos princípios legais aplicáveis em matéria de contratação. Cedência essa a uma entidade na qual a PLZ deterá não menos de 20% do respectivo capital social.

Do concurso resultou um único candidato, uma parceria que une as principais entidades nacionais na área do entretenimento e na gestão de espaços de espectáculo e de exposições, AEP – Associação Empresarial de Portugal (gestão da Exponor e EuroParque), Atlântico, SA (Pavilhão Atlântico), Amigos do Coliseu do Porto (Coliseu do Porto) e ParqueExpo, SA.

- **O Cenário de requalificação e Cedência à Exploração**

Do projecto de requalificação com cedência à exploração a uma empresa da qual a PLZ terá uma quota de 20%, resultará:

- Recuperação/reabilitação, em favor de toda uma região, de um edifício já histórico e emblemático da cidade do Porto, com o apoio e contributo da Comunidade Europeia através do programa QREN destinado a Equipamentos Estruturantes, cumprindo assim este programa de apoio, de uma forma clara o fim para foi criado;

- Renascimento de um equipamento essencial para satisfazer as necessidades da segunda cidade do país, no que se refere à sua capacidade para atrair eventos internacionais, e o de oferecer espectáculos de animação e lazer aos seus munícipes, em todos os casos sempre num ambiente de qualidade e de grande variedade no tipo de oferta;

- O projecto arquitectónico de requalificação/recuperação do PRM/PC, é da autoria do Arquitecto Carlos Loureiro, o mesmo autor do projecto

↓
 ↓
 MF

arquitectónico do Palácio de Cristal, iniciado em Dezembro de 1951, garantindo assim uma linha de imaginação, um traço e uma qualidade que se pretendem preservar;

- Libertação da capacidade financeira do Município para funções sociais, já que a sua quota-parte no investimento necessário será compensado, pelas rendas pagas pelo concessionário privado;

- A possibilidade do Município poder recuperar em qualquer altura, todo o processo de gestão, através das compensações devidas ao concessionário;

- O Município através da presença da PLZ na gestão do espaço, não só criará conhecimento e *expertise* nesta área de intervenção, como potenciará sinergias com outras actividades de animação e lazer, noutros pontos da cidade;

- A cidade ficar dotada de um verdadeiro Centro de Congressos, capaz de aliar ao elevado número de lugares sentados, a polivalência dos restantes espaços, quer como pavilhão de exposições, quer com outras salas de apoio e de reunião. Algo que a cidade não tem para oferecer aos agentes de congressos internacionais, neste momento.

• Visão Estratégica - Posicionamento

O "Palácio de Cristal" é a nova centralidade do Porto. Assume-se como um espaço de referência, dotado de um equipamento de contornos únicos na Região, que lhe confere projecção e referência nacional e internacional, recolocando o Porto nos roteiros dos principais eventos corporativos, lúdicos, culturais e desportivos.



O "Palácio de Cristal" é novo ícone da cidade.

d
b
mf

- **Plano de Actividades para 2010**

Das principais actividades previstas para 2010, no plano global do Projecto, estão:

- Assinatura do Protocolo de Apoio do Programa POVT/QREN, no valor de 5.8 milhões de euros;
- Obtenção de todos os licenciamentos e pareceres necessários para o arranque da operação;
- Apresentação pública do Projecto Final de Arquitectura e respectivo orçamento;
- Assinaturas dos contratos de sociedade previstos com o Consórcio, bem como o Contrato de Concessão à Exploração;
- Concurso, selecção e assinatura com entidade bancária, do financiamento necessário para a operação;
- Lançamento de concursos internacionais para a execução da obra;
- Gestão do processo de desactivação da actual estrutura e início de obras em finais de 2010.

f
b
MF

B - INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA PortoLazer NA DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A fundamentar este projecto está a uniformização de métodos, procedimentos, na gestão de software e de hardware, com base na centralização de sistemas, para além das economias de escala daí resultantes. Devendo ser salvaguardados e melhorados, quando se justifique, os níveis de serviço associados.

A DMSI, após ter-se dedicado nos últimos anos, quase em exclusivo à própria CMPORTO, tendo em conta o âmbito do trabalho que tinha sob sua responsabilidade, esta hoje em condições de desenvolver e consolidar um trabalho de proximidade com as participadas do Município. Assim, está previsto que durante o ano 2010, seja desenvolvido um plano gradual de transição da gestão Sistemas de Informação da PLZ para a responsabilidade da DMSI, bem como um alinhamento estratégico nas decisões estruturantes.

Esta transição deverá ser suportada por uma clara definição dos níveis de serviço a assegurar pela DMSI, bem como por uma harmonização dos processos de aquisição, gestão, evolução e manutenção de sistemas de informação nas suas diferentes camadas, prevalecendo sempre a melhor prática identificada entre cada uma das partes.

Espera-se obter um grau de abrangência dos serviços muito mais lata do que a conseguida no presente, uma vez que as valências e competências da DMSI garantem uma cobertura, de largo espectro, de todos as dificuldades latentes já no presente ou com que a PLZ possa vir a enfrentar no futuro.

Este projecto estima-se concluído até final de 2010.

C - SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

O processo de selecção da solução de gestão documental a implementar pela PLZ deverá estar devidamente alinhado com a estratégia da CMPORTO/DMSI para o efeito, por essa razão deverá decorrer no âmbito do plano de transição referido no ponto anterior.

Esta necessidade decorre da necessidade de tornar o processo de gestão de informação dentro da PLZ mais transparente e eficiente, o que exige a eliminação gradual da circulação de papel e a organização e tratamento digital de toda a informação recebida, processada e enviada.

Esta solução, se suportada por um motor de *workflow*, deverá permitir a uniformização dos fluxos de informação dentro da PLZ, bem como a definição de prazos e responsabilidades para o tratamento dos diferentes segmentos de informação, o que permitirá produzir indicadores de eficácia essenciais à melhoria continua da organização. A estruturação desta solução será essencial para a construção futura de um sistema de informação de suporte à decisão, no entanto para uma correcta implementação, nomeadamente ao nível dos fluxos de informação essencial, será determinante que ocorra previamente um trabalho de reengenharia de processos transversal a toda a Empresa.

A implementação de um sistema de Gestão Documental, pode considerar-se crítica no desenvolvimento da actividade futura da PortoLazer, na perspectiva em que irá criar mecanismos de arquivo e gestão de informação, que irão libertar os gestores para tarefas de maior valor acrescentado e de maior importância para a empresa.

A implementação dos adequados *workflows* de informação operacional obrigará os gestores a uma disciplina de formação de informação atempada, a qual assegurará a



sustentabilidade das decisões tomadas e compromissos assumidos.

• Os Fundamentos

A Gestão documental permite capturar, classificar e disponibilizar documentos críticos no âmbito das actividades em que a PLZ participa, bem como gerir o ciclo de vida de um documento ao longo da sua existência; localizar e imediatamente disponibilizar um documento quando necessário; aumenta a qualidade da informação disponível para os Utilizadores; garante a gestão integrada do arquivo físico e electrónico, a operacionalidade da função de Arquivo, a escalabilidade da solução, mantendo níveis de fiabilidade e performance adequados, tendo em atenção os grandes volumes de informação a tratar e o acesso à informação em ambiente Web.

• Factores críticos

Existe um conjunto de competências críticas para a implementação com sucesso da solução de Gestão Documental que se vier a adoptar:

- O levantamento e definição do plano geral de arquivo;
- Definição dos fluxos documentais (*workflows*), dos ciclos de vida de documentos e sua integração nos processos de decisão;
- Implementação de soluções que sejam robustas, simples, de fácil compreensão e integradas;
- Operacionalização da desmaterialização de grandes volumes de arquivo já existentes.

Em 2010 é esperado iniciar-se a fase de customização do sistema de gestão documental, assente na ferramenta escolhida em estreita colaboração com a área de sistemas de informação do Município.

4
6
MF

2.1.5. Serviços Partilhados

A – COMERCIAL

No sentido de maximizar a actividade da PLZ minimizando o esforço financeiro da CMPORTO estipulamos para 2010 o desafio de criar uma área Comercial. Área essa que terá como principal objectivo a definição e operacionalização de uma estratégia de angariação de patrocínios e de apoios mecenáticos para suportar a actividade da PLZ e dos seus parceiros. Espera-se desta área que, obviamente produza resultados em 2010, mas que acima de tudo prepare uma estratégia sustentada, sólida, agressiva e eficaz para 2011.

Pretendemos desta forma conseguir aumentar no exercício de 2011 a capacidade de angariação de receitas externas por parte da PLZ, com base na estratégia acima referida.

Mas entendemos que o âmbito desta nova unidade deve ser mais vasto, pelo que será também incluída nas suas responsabilidades a promoção das instalações e equipamentos da PLZ junto de entidades terceiras, nomeadamente para a utilização em eventos de empresas ou sociais, maximizando a rentabilidade das mesmas.

Esta será uma unidade com uma componente remuneratória essencialmente dependente das receitas geradas, no sentido de motivar a equipa para a maximização de receita para a PLZ.

Serão em paralelo estudadas com a CMPORTO eventuais soluções para a exploração de espaços para a colocação de publicidade.

B – LOGÍSTICA

No sentido de focar a organização nas suas competências específicas orientando cada uma das unidades para aquela que é a sua missão essencial optamos por em 2010 estudar a criação uma unidade autónoma de logística que assegure transversalmente o

suporte às unidades operativas e ao normal funcionamento e operacionalização de eventos e infraestruturas.

Paralelamente esta unidade deverá ser também responsável pelo diagnóstico de anomalias em infra-estruturas e equipamentos e pela intervenção de manutenção de 1.º linha, reportando e articulando situações de maior complexidade à DomusSocial.

C – OUTROS SERVIÇOS PARTILHADOS

Quando falamos de outros serviços partilhados referimo-nos à área financeira e administrativa no seu todo, incluindo a contabilidade geral e analítica, tesouraria, compras, facturação, sistemas de informação, controlo de gestão, gestão do Capital Humano e área jurídica.

É este conjunto de funções/acções que garante a sustentabilidade da actividade levada a cabo pela PLZ.

O principal objectivo da área de serviços partilhados é a prestação de um serviço adequado às áreas ditas produtivas – Eventos, Infraestruturas & Programas, Comunicação & Marketing e Projectos Estruturantes.

Esta área tem de ser, cada vez mais, uma área facilitadora do correcto desenvolvimento e cumprimento de todas as acções preconizadas no plano de actividades, garantindo a procedimentalização legal e não legal necessária de suporte às transacções efectuadas para a realização da actividade, no registo contabilístico-financeiro das transacções correcto e atempado, na prestação de *reporting* adequado às necessidades das direcções operacionais e no pagamento dentro de prazos normais.

Em 2010 será dado especial destaque à gestão do Capital Humano, à reavaliação procedimental, incluindo a centralização das compras, e à área jurídica.

d
b
m

Handwritten notes in blue ink, including a large 'd' and some illegible scribbles.

O capital humano é o recurso estrategicamente mais importante de qualquer organização contemporânea, mas no caso concreto da actividade desenvolvida pela PortoLazer assume um relevo especial, por ser uma actividade que em tudo depende do factor humano, leia-se do seu potencial, enquanto recurso criativo-potenciador e produtivo-concretizador. Pretende-se um envolvimento de cada pessoa/colaborador na concretização da missão da PortoLazer e para tal definiremos como imperativo transversal a conquista das pessoas pelo projecto da PLZ.

A aposta na transversalidade e flexibilidade funcional de cada recurso humano, potenciando as suas competências globais e conduzindo-o a graus de satisfação profissional e pessoal cada vez mais elevados. A gestão da carreira individual de cada um deve ser conseguida em perfeita harmonia com o cumprimento rigoroso do objecto social e da nossa missão.

No que respeita à unidade de Compras, a sua centralização permitirá um controlo ainda mais eficaz desta função. A função compras será reorganizada, mediante a nomeação de um responsável por todas as compras da PortoLazer, pela definição de novos níveis autorizadores de despesa, pelo apoio estreito da área jurídica e ainda pela reorganização do fluxo documental inerente ao processo de compra. Será ainda de salientar o esforço que será feito ao nível da disciplina a imprimir a esta área, nomeadamente ao nível da preparação de concursos/consultas ao mercado agregadoras das necessidades anuais de cada uma das rubricas mais significativas da nossa estrutura de custos, nomeadamente, comunicação e manutenção. Assim, serão incentivadas as práticas de contratação de serviços e aquisição de bens que permitam uma maior flexibilidade na gestão corrente e ao mesmo tempo correspondam a um cumprimento escrupuloso da lei da contratação pública.

Numa actividade como a da PortoLazer, tão diversa e tão exigente em termos de necessidade de prazos de contratação muito curtos, não é fácil conseguir o saudável equilíbrio entre celeridade e cumprimento rigoroso do enquadramento legal em vigor, mas é esse o desafio que nos propomos enfrentar e pretendemos concretizar com sucesso.

d
P
F

Do exposto acima e do escrito no texto integral deste documento ressalta a importância crucial da área jurídica, como área de sustentação legal e procedimental de toda a actividade da PortoLazer. A consolidação e continuidade dos recursos humanos desta área são fundamentais á prossecução dos objectivos vertidos neste plano de actividades para o ano de 2010.

Em termos concretos são objectivos desta área:

- Maximização do potencial do capital humano;
- Revisão e adequação procedimental;
- Centralização da função compras;
- Melhoria da gestão das disponibilidades de tesouraria e racionalização do endividamento bancário, garantindo que o mesmo está de acordo com os estatutos e o preceituado na lei em vigor;
- Melhoria do fluxo de informação interno, dos prazos de registo contabilístico das operações e dos prazos de disponibilização da informação económico-financeira.

d
k
MF

2.2. Plano de Investimento Anual e Plurianual

2.2.1. Plano de Investimento para o Triénio 2010-2012

O investimento previsto para o triénio em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
1. ACTIVOS INTANGÍVEIS			
Programas de Computador			
Programa de Gestão Documental	10.000	20.000	
Programa de Gestão de Descos da Função Pública	550		
2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifícios e Outras Construções			
Reabilitação/requalificação do Palácio de Cristal/Pav. Rosa Mota	1.310.231	7.744.305	6.953.375
Sistema de eficiência energética para o edifício		10.000	
Requalificação do edifício da Sede	15.000	60.000	14.000
Equipamento Básico			
Remoderação equip./instalações, qualidade ar/água na REMUPI	1.769.817		
Pavilõesportivo dos Choupos	61.550	242.350	
Aquisição de Materiais e equipamentos	50.000	110.000	115.000
Requalificação de instalações / Novos Equipamentos	100.000	1.825.000	1.220.000
Equipamento Administrativo			
Máquinas virtuais para reposição dos servidores	5.000		
Hardware informático div. (comp. portáteis, impressoras, etc.)	7.000	5.000	
Terminal do sistema biométrico	1.000		
Central telefónica		6.000	
Móvel embutido p/ arquivo para a Sala de Contabilidade	2.000	4.000	
Mobiliário de escritório	5.000	5.000	
Outros Activos Fixos Tangíveis			
Aspirador	500		
	3.337.448	10.031.664	8.302.375

Os investimentos em Instalações/Equipamentos destacam-se do total de investimentos previstos:

a) As auditorias energéticas às piscinas cobertas – Armando Pimentel, Cartes e Constituição realizadas foram conclusivas quanto a poupanças potenciais nos consumos energéticos das mesmas. As poupanças estimadas, caso os investimentos preconizados se realizem, variam entre os 40% e os cerca de 50%.

Este investimento permitirá dotar estas instalações desportivas com equipamentos que permitirão uma racionalização energética e a introdução de acções correctivas da qualidade do ar interior.

Trata-se de investimento há muito planeado mas cuja falta de fonte de financiamento externa à Portolazer, não permitiu que fosse possível executar em anos anteriores. Em 2009, na sequência de uma proposta da Agência de Energia do Porto, surgiu a possibilidade de uma candidatura ao QREN, a qual esperamos seja aprovada em início de 2010, de forma a permitir que este investimento se realize integralmente no verão de 2010.

Cumulativamente com a candidatura ao QREN, e mais uma vez com o envolvimento da Agência de Energia do Porto, surge ainda a possibilidade de celebração, em 2010 de um contrato "financeiro" de sustentabilidade energética, que permitirá que as economias futuras geradas por este investimento, sejam injectadas de imediato na PLZ, para cobertura/pagamento do investimento a realizar no presente. Através desta operação de antecipação da redução de custos esperada consegue-se uma cobertura próxima dos 85% do investimento previsto. Os restantes 15%, cerca de 255.000€ são cobertos pela capacidade de autofinanciamento da PLZ explicada no ponto 2.3.;

b) Ainda nas piscinas, e complementarmente ao investimento referido em a), é ainda necessário um investimento na melhoria das condições gerais dos balneários e gabinetes de apoio, bem como dos equipamentos das salas de cardiofitness e afins;

c) Outro investimento a destacar é o da reabilitação/melhoramento do Polidesportivo dos Choupos. Trata-se de um equipamento com uma localização vital para a melhoria da coesão social da cidade. O investimento previsto potencia a utilização deste equipamento, o que lhe confere um elevado grau de prioridade. O apoio do QREN permite que uma parte, ainda que pequena seja coberta por meios externos à PLZ e à autarquia, o que é benéfico em termos financeiros;

d) O investimento na Reabilitação/Recuperação do Pavilhão Rosa Mota/Palácio de Cristal encontra-se fundamentado e explicado no ponto 2.1.4., contudo cabe ainda referir que todo o investimento está previsto no Contrato-Programa datado de 31 de Julho de 2007, aprovado pelo executivo municipal. A cobertura do investimento, será realizada por obtida pela contratualização de um *Project Finance* que permita alimentar o investimento e seja pago pelas receitas futuras resultantes do novo modelo de funcionamento do pavilhão Rosa Mota, após a sua reabilitação. Em Contrato-Programa ficou definido que a PLZ está autorizada a endividar-se até ao montante de investimento máximo previsto – 17.000.000€.

O investimento previsto em software visa dotar a empresa de instrumentos adequados ao sistema de Gestão de Informação, nomeadamente o sistema de gestão documental, gestão de descontos da função pública.

O investimento previsto em hardware está relacionado com necessidades de actualização de tecnologia informática de modo a permitir que a segurança do sistema de informação passe para níveis de confiança satisfatórios e standards.

O investimento previsto em equipamento auxiliar e administrativo está relacionado principalmente com um conjunto de equipamentos que visam tornar mais funcional o arquivo administrativo-financeiro, bem como, com algumas necessidades inerentes às condições de reorganização ergonómica dos serviços, nomeadamente mobiliário.

Em 2010 serão estudadas, em conjunto com o Município, eventuais alternativas de realojamento da sede social da PortoLazer num espaço municipal integrado e preparado para acolher diversas actividades/serviços, de forma a conferir maior dignidade e melhores condições de trabalho aos seus colaboradores. Contudo, e sem inviabilizar a possibilidade de no futuro tal vir a acontecer, foi identificado um investimento mínimo de requalificação das instalações, que visa dotar o edifício sede de instalações sanitárias compatíveis com o número de utilizadores das mesmas, bem como reacondicioná-lo em termos térmicos. Para o ano 2010 apenas se prevê a intervenção nos sanitários.

No quadro do ponto 2.3. é explicado com detalhe a cobertura financeira do investimento.

ad
b
mf

2.2.2. Plano de Capital Humano para o Triénio 2010-2012

A estrutura previsional de capital humano para o triénio de 2010-2012 é a seguinte:

GASTOS COM O PESSOAL	INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	EVENTOS	COMUNICAÇÃO & MARKETING	SERVIÇOS PARTILHADOS	TOTAL
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0	0	109.709	109.709
Remunerações do Pessoal	663.835	164.446	106.762	340.321	1.275.363
Encargos sobre Remunerações	121.426	36.644	23.867	90.428	272.364
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	6.107	1.513	982	3.927	12.530
Custos de Acção Social	719	0	0	1.837	2.556
Doutros Gastos c/ Pessoal	5.176	0	7.500	37.225	49.901
					0
Total	797.263	202.603	139.111	583.446	1.722.423
Nº de Colaboradores	48	7	4	20	79

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores, conforme previsto nos estatutos.

Está prevista a contratação de 3 novos colaboradores, respectivamente para as áreas comercial, jurídica e de apoio transversal..

A área de formação do pessoal é uma área importantíssima para a prossecução eficiente dos objectivos da empresa. Foi efectuada uma candidatura ao QREN, que suportará, quase 100%, do custo da formação a realizar em 2010. Estão desenhadas acções para colmatar necessidades de formação transversais à maioria dos colaboradores da empresa, nas áreas da informática na óptica do utilizador em ferramentas como o Word, Excel, em inglês falado e escrito, em Comunicação Interna e Gestão de Conflitos. Está ainda programada formação em Alimentação e Geriatria mas esta destina-se a colmatar uma necessidade específica dos responsáveis pelas instalações desportivas.

A avaliação de desempenho continua a ser o instrumento por excelência da gestão de carreiras, contribuindo em muito para um bom ambiente motivacional e para o alto desempenho da maioria dos colaboradores.

2.3. Plano Financeiro Anual e Plurianual

2.3.1. Plano Financeiro de Cobertura do Investimento

FINANCIAMENTO	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Subsídios QREN			
Candidatura Remodelação equip./instalações, qualidade água/ar e informação	840.000		
Candidatura Polidesportivo dos Choupes	14.177	55.844	
Candidatura Reabilitação/requalificação do Palácio de Cristal/Pavilhão Roca Mota	464.310	2.710.507	2.464.087
Contrato financeiro de sustentabilidade - Candidatura Remodelação equip./instalações, qualidade água/ar e informação	685.000		
Endividamento a longo prazo autorizado	845.921	5.033.798	4.489.288
Contrato-programa com o Município		2.131.516	2.074.000
Autofinanciamento - depreciações acumuladas	488.040	100.000	100.000
	3.337.448	10.031.664	9.127.375

Conforme se pode concluir da análise do quadro supra, o investimento previsto e descrito no ponto 2.2.1. não é coberto por transferências de capital da CMPORTO, mas sim realizado com base na capacidade de autofinanciamento inerente ao princípio de cobertura de prejuízos operacionais das empresas municipais, o que equivale a dizer que a cobertura do investimento se faz por recurso às amortizações efectuadas no passado (amortizações acumuladas) ainda não reinvestidas e ainda com base em fontes de cobertura externas, como é o caso do QREN, a parcerias público-privadas, *Project Finance* e outros, de acordo com o explicado no ponto 2.2.1.

Será de deixar uma breve nota sobre o facto das amortizações acumuladas, presumivelmente consideradas na íntegra capacidade de autofinanciamento, pela obrigatoriedade legal de cobertura de prejuízos definida pela lei 53 -F/2006, ainda não o serem formal e financeiramente na sua totalidade, por ainda não se ter efectuado, integralmente, a referida cobertura de prejuízos por parte do accionista.

As necessidades de Investimento em Fundo de Maneio no ano 2010 serão financiadas integralmente com recurso ao endividamento bancário, mas em anos seguintes serão financiadas por recurso aos recursos financeiros transferidos pela autarquia.

2.3.2. Plano Financeiro Global

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRÍNIO DE 2010 - 2012	Ano 2010	ts. actualização	ts. actualização
		2,50%	2,50%
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2012
RESULTADOS			
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	- 1.452.777	- 3.267.509	- 1.086.140
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	- 1.657.395	- 3.916.666	- 2.345.782
Resultado Líquido do Período	- 1.721.980	- 4.104.964	- 2.766.495
RENDIMENTOS			
Prestação de Serviços, Subs. Exploração e Patrocínios	4.315.260	7.835.651	4.907.412
GASTOS			
Gastos com o Pessoal	1.722.421	1.522.773	1.560.842
Fornecimentos e Serviços Externos	4.186.074	9.024.605	4.582.985
BALANÇO			
Total do Activo	6.562.454	17.895.986	23.659.649
Total dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	4.942.802	14.325.308	21.368.040
Total do Passivo	4.836.018	15.873.684	17.919.841
Total do Capital Própria	1.726.436	2.022.302	5.739.808
INDICADORES			
Liquidez Geral	0,33	0,22	0,13
Autonomia Financeira	26,11%	11,30%	24,26%
Capitais Permanentes / Investimento Líquido	35%	14%	27%

Os pressupostos que geraram os agregados económico-financeiros do quadro acima são os seguintes:

PRESSUPOSTOS	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012
Taxa de inflação	1,50%	2,50%	2,50%
Taxa de IRC	12,5%/25%	12,5%/25%	12,5%/25%
Taxa de juro activa nominal CP	2,50%	3,00%	4,00%
Taxa de juro passiva nominal CP			
Tempo médio de recebimento da CMP (em dias)	45	30	30
Tempo médio de recebimento de outros devedores (em dias)	60	60	60
Tempo médio de pagamento (em dias)	90	30	30
Taxa média de progressão salarial por desempenho	1,50%	2,00%	2,50%

O resultado operacional esperado que deriva do presente orçamento será negativo, em 2010, em 1.657.396€. Nos dois anos seguintes, os mesmos resultados serão igualmente negativos em, respectivamente, 4.104.964€ e 3.093.903€.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato-Programa, de forma a permitir à PLZ reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores, de forma a uniformizar este procedimento com o instituído no universo CMPORTO. Estima-se que já em 2011 seja possível colocar o prazo médio de pagamento nos 30 dias, contudo em 2010 o objectivo está fixado em 90 dias.

d
b
mk

d
b
MF

3.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2010

d
b
MF

3.1. Notas Explicativas e Pressupostos do Orçamento 2010

O presente orçamento foi construído com base na actividade prevista para 2010, e atendendo à entrada em vigor das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF) no dia 1 de Janeiro do referido ano, constantes do novo Sistema de Normalização Contabilístico.

Na construção do orçamento respeitou-se os pressupostos subjacentes ao regime de acréscimo pela periodização económica e de continuidade, bem como as características qualitativas das demonstrações financeiras, nomeadamente, a materialidade, a fiabilidade e a substância sobre a forma.

As demonstrações financeiras previsionais, respeitam, tanto quanto possível, o disposto nas NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Contudo, dado que a adopção pela primeira vez do SNC exige um estudo aprofundado e fundamentado das implicações a nível contabilístico e a nível de relato financeiro, decorrentes também das opções técnicas que venham a ser tomadas no momento da sua adopção, de acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF, ressalvamos que os pressupostos considerados neste documento podem não relevar todas as situações que, aquando da implementação da nova contabilização, terão que ser atendidas, por opção técnica.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

Importa ainda salientar que o presente orçamento foi construído numa base zero e dando cumprimento às seguintes premissas:

1 - Enquadramento das orientações emanadas pelo Município definidas nos estatutos da PLZ;

A Câmara Municipal do Porto volta a definir como prioridade, na elaboração do orçamento para 2010, a contenção da despesa corrente e a procura do equilíbrio entre custos e receitas, de forma a libertar recursos para o investimento. E definir ainda que

deverá ser dada prioridade aos projectos com impacto directo na melhoria dos serviços prestados pela autarquia e na melhoria de qualidade de vida dos munícipes;

2 - Conjunto de enquadramentos fiscais e legais que importa evidenciar desde já, não só pelo esclarecimento que é devido, mas também pelo condicionamento que geraram na elaboração do próprio Orçamento 2009.

Com base no estudo de uma empresa de consultadoria fiscal surgiu em 2009 um novo enquadramento contabilístico dos proveitos, possibilitando a dedução integral do IVA das despesas e a recuperação de IVA relativamente aos exercícios anteriores.

Este novo modelo condicionou o Contrato-Programa adoptado, nomeadamente no que se refere à natureza das transferências a realizar pelo Município para a PLZ.

Em 2009, os serviços de IVA demonstraram, ao aceitar as declarações de pedidos de reembolso apresentados pela PLZ, na sequência da aplicação do preceituado pelo estudo da consultora, uma concordância com os mesmos.

Assim, em 2010, mantêm-se a filosofia seguida no ano anterior, em termos de IVA.

Contudo, deve ainda referir-se que a aceitação pelos serviços do IVA do pedido formulado não significa que o mesmo não possa vir a ser corrigido em sede de uma fiscalização posterior. Esta ressalva deriva do facto da fiscalidade das entidades empresariais municipais, em termos de IVA, constituir uma matéria ainda não totalmente enquadrada e explicitada pela legislação em vigor.

No que concerne a Amortizações/Investimento – O actual regime legal que cobre as empresas municipais, e conforme já referido em documentos de gestão elaborados pela PLZ, é duplamente penalizador para os Municípios, em matéria de investimento, já que são obrigados por lei a cobrir os eventuais prejuízos das empresas municipais em que participam, sendo que esses prejuízos englobam as amortizações resultantes do investimento que à partida o próprio Município financiou.

Nesse sentido, foi acordado com a Câmara Municipal do Porto que, para 2009, não haverá lugar a transferências directas para investimento, sendo que a PLZ fica liberta

d
b
mk

para investir um valor igual ao valor das amortizações acumuladas ainda não reinvestidas.

Pode ainda a PLZ realizar investimento com base em fontes de cobertura externas, como é o caso do QREN, a parcerias público-privadas, *Project Finance* e outros.

Dado que os exercícios passados vêm demonstrando que a PLZ dificilmente terá capacidade para pagar à autarquia o montante em dívida desde a sua constituição, decorrente da passagem do complexo Monte Aventino para a propriedade da PLZ na data da constituição da empresa, surge a necessidade de alienação deste bem ao Município. Ora os presentes instrumentos de gestão previsional foram construídos sobre o pressuposto de que a operação de alienação terá efeitos em Janeiro de 2010. Assim já não foram considerados os custos com as amortizações destas instalações em 2010.

A estimativa para gastos em eventos foi construída, com base em 2 pressupostos base, a saber: redução de custos e estimativa de patrocínios conservadora, inerente ao momento de crise económica que o país atravessa, conduzindo a um custo líquido dos eventos que não permite que a performance/realização dos mesmos mantenha os níveis de qualidade e diversidade do ano anterior. Assim, realçamos que eventos como S. João / Festas da Cidade, Natal (incluindo iluminações), Passagem de Ano, Animação de Verão, Concerto de Verão e Gastronomia, para serem realizados com o igual ou maior impacto que os de anos anteriores obrigarão a PLZ a conseguir implementar, por si só ou através dos seus promotores, uma política de conquista de patrocínios mais agressiva e eficaz, ou então de renegociar com a CMPORTO a não realização de alguns outros eventos, de forma a reforçar estes eventos considerados nucleares pela autarquia.

O acabado de referir vem reforçar a necessidade de dotar a PLZ de uma área comercial forte, cujo objectivo seja a angariação de patrocínios e a gestão de espaços publicitários concessionados pela autarquia à PLZ.

4
6
MF

d
b
MF

É importante destacar o facto de existir a contingência de a PortoLazer passar a suportar os custos salariais, e outros conexos, dos 28 colaboradores que pertencem ao quadro da autarquia, e que estão ao seu serviço há já algum tempo, em regime de destacamento. A concretizar-se esta contingência e dado tratar-se de um elevado número de colaboradores irá a PLZ proceder, durante o ano de 2010, a uma análise rigorosa das necessidades efectivas deste capital humano, face ao novo enquadramento mais restritivo da sua actividade. Caso tal venha a efectivar-se, e uma vez que tais custos não estão contemplados no orçamento agora apresentado, nem no Contrato-Programa celebrado com o Município que lhe dá suporte, haverá que cativar as verbas atribuídas para a realização de eventos, por um montante idêntico à estimativa contingente destes mesmos custos cerca de 422.500€, até que o Município proceda ao reforço do Contrato-Programa pelo montante necessário. Convirá realçar que esta cativação de verbas destinadas em Contrato-Programa à realização de eventos pode, caso o reforço do Contrato-Programa tardar, inviabilizar a realização de diversos eventos. Relembramos que a verba total orçamentada com a transferência do Município para a realização de eventos, não considerando os respectivos gastos com pessoal, ascende a 1.069.631€.

A área de Projectos Estruturantes, descrita no ponto 2.1.4, em 2010, não necessita de participação municipal autónoma, dado que a implicação nos custos presentes da PLZ do projecto de requalificação estruturante apenas tem impacto ao nível do investimento, o qual, por sua vez não depende de fundos do Município, mas tão-somente de fundos externos derivados de um *Project Finance* já autorizado pela CMPORTO, a contratualizar futuramente.

Existe, sim, um custo de funcionamento corrente associado a estas instalações, que está relevado, tal como em anos anteriores, na área/direcção de Infraestruturas & Programas. Este custo de funcionamento inclui, entre muitos outros o custo salarial com a área de projectos estruturantes, por se tratar de uma fase em que a gestão corrente do Pavilhão Rosa Mota e Jardins do Palácio de Cristal, ainda ocupa grande parte do tempo deste recurso humano, e ainda porque seria complicado afectar aos

d
b
MF

custos de investimento o custo interno com a remuneração do coordenador do projecto.

Importa ainda referir que a PLZ fará a gestão e acompanhamento do processo de reabilitação/recuperação do Pavilhão Rosa Mota, e será realizada nos moldes já aprovados pelo próprio Município, beneficiando de uma linha de financiamento autónoma. Como é sabido, neste momento aguarda-se uma aprovação do apoio do programa QREN a este projecto.

1- MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista para o ano de 2010 é de 1,50%, taxa de referência do Orçamento Câmara Municipal do Porto para 2010.

2 – INVESTIMENTO

INVESTIMENTO	Ano 2010
1. ACTIVOS INTANGÍVEIS	10.550
2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3.326.898
Total	3.337.448

O Investimento previsto para 2010 é de 3.337.448€, distribuído de acordo com o descrito no ponto 2.2.

Conforme já referido, não foi atribuída em sede de Contrato-Programa uma verba específica para esta rubrica, por se entender que a cobertura do investimento que não por fontes externas, nomeadamente pelo QREN, pelas parcerias público-privadas, pelos *Project Finance* e outros, se fará com base na capacidade de autofinanciamento inerente ao princípio de cobertura de prejuízos operacionais das empresas municipais. Isto equivale a dizer que a cobertura do investimento se faz por recurso às amortizações efectuadas no passado (amortizações acumuladas) ainda não reinvestidas.

d
k
MF

Será de deixar uma breve nota sobre o facto de em alguns casos as amortizações acumuladas, presumivelmente consideradas capacidade de autofinanciamento pela obrigatoriedade legal de cobertura de prejuízos definida pela lei 53 -F/2006, ainda não o serem formal e financeiramente, por ainda não se ter efectivado, na íntegra, a referida cobertura de prejuízos por parte do accionista.

Evitou-se, assim, uma duplicação do esforço da CMPORTO, subsídio ao investimento e cobertura de prejuízos dos quais as amortizações são uma parte integrante.

3 – CAPITAL HUMANO

Formação

A formação profissional dos seus quadros é um dos principais pilares da política de recursos humanos desta empresa.

Desde 2008 que a empresa elabora planos anuais de formação, sustentados em diagnósticos de necessidades resultantes de reuniões com os colaboradores, chefias e Administração, permitindo planejar estrategicamente as formações a serem ministradas.

A formação prevista para 2010, realizar-se-á no âmbito da candidatura aprovada do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) possibilitando a todos os colaboradores a frequência em "Office", "Inglês Falado e Escrito", "Gestão de Conflitos", "Comunicação Interna", entre outras.

Avaliação de Desempenho

Em 2010 será realizado o 2º processo de avaliação de desempenho aos colaboradores da empresa.

No próximo ano a inclusão de objectivos no processo avaliativo será alargada a todas as funções de chefia bem como a algumas funções chave (reporte directo à

Administração), paralelamente com a prática anterior de fixação e análise de cumprimento de objectivos a nível da empresa e de cada uma das Direcções.

Os desafios nesta área prendem-se ainda com a necessidade de reforçar junto dos envolvidos a importância da entrevista individual de desempenho, procurando que a mesma seja cada vez mais encarada como factor de motivação funcionando como um processo de melhoria individual e da organização.

4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os principais rendimentos desta entidade, resultantes do exercício da sua actividade são:

- Prestação de Serviços nas Infra-estruturas

Rendimentos com as inscrições e frequência nas diversas modalidades desportivas disponíveis nas instalações sob a gestão da PLZ, bem como pela utilização livre e esporádica das instalações desportivas, Queimódromo e Pavilhão Rosa Mota/Palácio de Cristal. Este agregado representa, no seu conjunto, 25% do total de rendimentos esperados para o período;

- Prestação de Serviços ao Município do Porto

Espectáculos e outros divertimentos públicos, eventos, provas e manifestações desportivas prestadas no âmbito do Contrato-Programa celebrado anualmente com a Câmara Municipal, e ainda as Actividades de Enriquecimento Curricular na área de desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade. Para 2010, espera-se que estes rendimentos representem 54% do total anual;

- Venda de bilheteira, publicidade e patrocínios

Rendimentos resultantes da produção, directa ou em co-parceria, de eventos;

d
b
MF

- Concessão de espaços

Rendimentos inerentes à cedência à exploração e/ou arrendamento de bares, restaurantes, lojas, etc., que se encontram dentro das instalações sob gestão da PLZ;

- Subsídios à Exploração

As subvenções consideradas para 2010, baseiam-se no pressuposto de que as candidaturas apresentadas ao QREN em 2009 para eventos serão aprovadas no início do ano, e financiadas a fundo perdido em 70%, no montante conjunto de 247.398€. Os projectos candidatados designam-se por "1ª Avenida – Dinamização Económica e Social da Baixa do Porto" e "Porto 2.0 – Festival de Cidade em Mudança", descritos no ponto 2.1.2. Também consideramos o montante de 37.398€ referente à comparticipação pelo POPH na formação candidatada, anteriormente já referenciada, e que se encontra imputada aos Serviços Partilhados;

- Subsídio ao Investimento

Esta rubrica releva os ganhos proporcionais aos custos com as depreciações de investimentos em Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis subsidiados. Para 2010, está incluída nesta rubrica a regularização de subsídios atribuídos pelo Município em anos anteriores, bem como a de novos subsídios a receber em 2010, inerentes às candidaturas ao QREN para investimento;

- Outros rendimentos

Rendimentos obtidos com a cedência de energia, luz, limpeza, mão-de-obra, etc., inerentes à utilização das instalações por entidades terceiras.

O valor global de rendimentos orçamentado para 2010 é de 4.482.158€.

Fazendo uma análise comparativa com o valor esperado para 2009, verifica-se que são aproximados, se retirarmos os rendimentos imputados ao Circuito da Boavista de 2009, os lançamentos de correcção do IVA resultantes do estudo atrás mencionado, e

considerando na íntegra a prestação de serviços contratada com o Município do Porto para o ano de 2009.

O contrato de prestação de serviços celebrado para a época lectiva 2009/2010 definiu as regras da prestação de serviços relativos às actividades escolares complementares (AEC's). Na estimativa de proveitos está considerada renovação do contrato, em iguais condições para a época lectiva seguinte.

As estimativas de proveitos com a rede municipal de piscinas e pavilhões foram feitas numa base muito conservadora. Foi considerado que as obras de melhoria do desempenho energético, qualidade do ar e outras conexas, a executar em algumas piscinas nos meses de verão, obrigarão ao fecho das mesmas por um período de cerca de 1 mês (cada uma). Relevamos ainda o facto de estarmos a receber a gestão de dois novos pavilhões, o que significa que será necessário algum trabalho para colocar os proveitos dos mesmos em níveis normais, o que só acontecerá, seguramente, a partir de 2011.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projecções financeiras foi de 45 dias para a CMPORTO e 60 dias para os restantes devedores e clientes para o ano 2010.

Os valores apresentados derivam do Orçamento da Câmara Municipal do Porto, para o ano 2010, e das receitas provenientes de serviços prestados a outras entidades e de patrocínios.

A prestação de serviços e outros rendimentos para o ano 2010 repartida entre CMPORTO e Outras Origens é a seguinte:

d
b
MF

	Ano 2010
RENDIMENTOS E GANHOS	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
CMP	2.441.196
OUTRAS ENTIDADES	1.126.666
Sub-Total	3.567.862
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	
OUTRAS ENTIDADES	247.398
Sub-Total	247.398
OUTROS RENDIMENTOS	
PATROCÍNIOS	500.000
OUTROS RENDIMENTOS	98.745
SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	68.153
Sub-Total	666.898
Total	4.482.158
GASTOS E PERDAS	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	4.186.074
GASTOS COM O PESSOAL	1.722.423
OUTROS GASTOS E PERDAS	295.642
Total	6.204.138
RESULTADO DO PERÍODO	-1.721.980

Relativamente ao enquadramento dos proveitos, no Código do IVA, de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes tax

RENDIMENTOS	Taxa de
Inscrições/ Anuidades	5%
Aulas Div. Modalidades	5%
Utilização Livre REMUPI/ Ginásio	5%
Utilização Livre Squash	5%
Espectáculos e Outros Div. Públicos	5%
Eventos, provas e outras manifestações desportivas	5%
Utilização de Espaços	5%
Aulas - Actividade Desportiva	5% - 20%
Subsídios à Exploração	5%
Cedência Espaços	Não Sujeito
Serviço Segurança	20%
Serviço Limpeza	20%
Gás Propano	20%
Patrocínios	20%
Rendas	20%
Venda Energia	Isento
Subsídios para Investimentos	5%
	Não Sujeito

d
b
MF

5 – GASTOS

5.1– Fornecimentos e Serviços Externos (FSE'S)

Esta rubrica reflecte o custo dos diversos bens e serviços fornecidos por terceiros e necessários ao normal funcionamento da PLZ.

Os FSE's foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por "orçamento de base zero". O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de custos é de 90 dias para o ano 2010, e pretendendo-se a redução para 30 nos exercícios de 2011 e 2012.

Honorários e Trabalhos Especializados – Representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE's (59% do total), e são utilizados pelas diferentes áreas:

- **Eventos:** contratação de serviços na organização de eventos das diversas iniciativas;
- **Infraestruturas & Programas:** essencialmente, refere-se à contratação de trabalhadores independentes e de outras entidades que colaboram com a PLZ na prestação de serviços de actividades físicas e desportivas, como sendo os professores de aulas de natação e outras modalidades desportivas nas nossas instalações e das AEC's;
- **Serviços Partilhados:** referem-se essencialmente aos serviços jurídicos prestados por avença e ao apoio prestado pelo Fiscal Único;
- **Comunicação & Marketing:** refere-se à elaboração de trabalhos externos de concepção de imagem e design de todo o material de comunicação das actividades da PLZ;

Também se relevam os seguintes gastos com a actividade:

Rendas e alugueres – despesas relacionadas com a organização dos eventos, como sendo aluguer de equipamentos (palcos, som, imagem, etc.);

Água, electricidade e gás - gastos essencialmente relacionados com a exploração das diversas instalações, e que se prevê para 2010 que representem 14% do total de FSE's;

Conservação e Reparação – estes gastos referem-se à manutenção dos equipamentos municipais sob gestão, orçamentados em 86.005€ para 2010, e representam apenas 1% dos custos globais da entidade empresarial.

A verba considerada para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridas e/ou exploradas pela PLZ respeita apenas à “pequena” manutenção, a dita manutenção reactiva urgente, e que, quando não realizada impede o normal funcionamento dos equipamentos;

Despesas de representação – respeitam, na sua maioria, ao *catering* oferecido aos convidados e participantes nos eventos de maior relevo, e que se prevê para 2010 um gasto representativo de 0,6% dos FSE's totais;

Seguros – esta rubrica inclui os seguros de multi-riscos dos diversos equipamentos, os seguros de acidentes desportivos dos utilizadores da REMUPI e Complexo Monte Aventino, os seguros com as viaturas utilizadas pela PLZ e os seguros de responsabilidade civil geral destinados à cobertura de riscos durante a realização de eventos. O valor estimado no orçamento para 2010 ascende 64.129€;

Comunicação e Publicidade – os gastos com esta rubrica destinam-se à comunicação das actividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais de comunicação social. Estima-se que representem em 2010 8% do total de FSE's;

Limpeza, higiene e conforto - o valor estimado para esta rubrica é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço na REMUPA e Campo Sintético do Viso, bem como aos custos de produtos de limpeza e outros artigos de higiene associados a todos os equipamentos sob gestão;

d
6
MF

Vigilância e Segurança – os gastos com esta rubrica são referentes, sobretudo, à contratação externa da vigilância do Queimódromo por um período de 24 horas por dia, nos 365 dias do ano, e à vigilância de equipamentos e pessoas em alguns eventos de maior dimensão, respectivamente, com valores previstos de 57.039 e 6.378€;

Outros Serviços – por último, salientam-se as despesas com “outros serviços”, na sua maioria referentes ao saneamento e taxas de resíduos aplicadas sobre o consumo de água, cujo peso no total de FSE’s assume os 3%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	EVENTOS	COMUNICAÇÃO & MARKETING	SERVIÇOS PARTILHADOS	TOTAL
Energia	211.310	39.111	0	6.382	256.802
Combustíveis	3.495	2.060	0	11.487	17.041
Água	75.268	0	0	1.015	76.283
Outros	242.733	0	0	0	242.733
Ferramentas e utensílios	1.836	2.930	0	6.069	10.835
Material de escritório	6.339	296	0	9.563	16.198
Artigos para oferta	2.039	4.114	0	0	6.154
Rendas e alugueres	48.278	210.194	0	61.964	320.435
Despesas de Representação	10.561	15.099	0	1.000	26.660
Comunicação	21.630	653	1.053	10.390	33.726
Seguros	59.272	72	0	4.785	64.129
Deslocações e estadas	7.618	1.746	0	2.331	11.694
Honorários	545.281	29.193	0	7.253	581.726
Conservação e reparação	71.043	3.355	0	11.606	86.005
Publicidade	15.820	108.628	197.500	0	321.948
Limpeza, higiene e conforto	37.097	0	0	7.340	44.437
Vigilância e segurança	57.039	6.378	0	653	64.071
Trabalhos especializados	499.854	1.291.199	43.902	42.899	1.877.854
Outros serviços	116.478	6.967	0	3.898	127.344
Total	2.032.991	1.721.994	242.455	188.633	4.186.073

5.2 – GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por áreas:

Estrutura Previsional de Capital Humano	Ano 2010
INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	
Programas	3
REMUPI (Rede Municipal de Piscinas)	23
REMUPA (Rede Municipal de Pavilhões)	
Pavilhão Rosa Mota / Palácio de Cristal	17
Complexo Desportivo do Monte Aventino	4
Campo Sintético do Viso	1
EVENTOS	7
COMUNICAÇÃO & MARKETING	4
SERVIÇOS PARTILHADOS	18
	77

Nos colaboradores citados não estão considerados os 3 administradores, conforme previsto nos estatutos.

Para além dos colaboradores constantes do quadro acima, a PLZ dispõe ainda de mais 28 colaboradores que laboram na PLZ ao abrigo do regime de cedência ocasional de interesse público, dos quais 26 se encontram afectos aos Serviços Partilhados e 2 às Infraestruturas & Programas.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de progressão salarial de 1,5%, com actualização em Janeiro;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação igual a 1% do total de gastos com pessoal, acrescido do valor candidatado ao POPH;
- Taxa anual para gastos de acção social de 0,1% do total de gastos com pessoal, uma vez que só se consideram as despesas de comparticipação em ambulatório com os 4 colaboradores em regime de cedência ocasional de interesse público que são remunerados directamente pela PLZ;

- O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projectados para o ano em análise, respectivos encargos legais e contributivos, despesas com formação e com vestuário apropriado ao desempenho das funções.

af
MR

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2009.

Para o ano de 2010 prevê-se a entrada de 3 novos colaboradores nos Serviços Partilhados, destinados a permitir maior eficácia, e respectiva eficiência nos serviços administrativos e financeiros, bem como possibilitar uma maior angariação de receitas com patrocínios, publicitárias e, possivelmente, aumentar o número de frequentadores dos equipamentos.

Assim prevê-se um gasto total com o pessoal de 1.722.423€, respeitante a 79 pessoas, incluindo dois dos administradores que são remunerados pela PLZ, repartidas pelas 4 áreas, não estando considerados os gastos com os 28 colaboradores que se encontram a laborar na PLZ, em regime de cedência ocasional de interesse público, acima referidos, cujo vínculo remuneratório se encontra no momento com o Município do Porto.

Os Gastos com Pessoal representam 28% do total de custos orçamentados, dos quais 46%, se referem ao pessoal afecto à área de Infraestruturas.

GASTOS COM O PESSOAL	INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	EVENTOS	COMUNICAÇÃO & MARKETING	SERVIÇOS PARTILHADOS	TOTAL
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0	0	109.709	109.709
Remunerações do Pessoal	663.835	164.446	106.762	340.321	1.275.363
Encargos sobre Remunerações	121.426	36.644	23.867	90.428	272.364
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	6.107	1.513	982	3.927	12.530
Custos de Acção Social	719	0	0	1.837	2.556
Outros Gastos c/ Pessoal	5.176	0	7.500	37.225	49.901
					0
Total	797.263	202.603	139.111	583.446	1.722.423
Nº de Colaboradores	48	7	4	20	79

d
b
MF

5.3 – DEPRECIAÇÕES

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	Ano 2010
Activos Intangíveis	33,33%
Activos Fixos Tangíveis	
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento Administrativo	12,5% - 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	10% - 25%

6 – GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os gastos de financiamento são resultantes dos empréstimos bancários previstos para o ano de 2010.

7 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa Municipal está sujeita a uma taxa de IRC igual a 25% (taxa considerada no Orçamento de Estado para o ano 2009), e a um valor de derrama resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro) que poderá ir até 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto. Contudo, dado o resultado estimado negativo não se aplica.

Foi calculado imposto referente à tributação autónoma das despesas mediante aplicação do disposto no artigo 88º do Código do IRC, estimado em 5.953€, uma vez que é independente da existência de prejuízos fiscais.

Por prudência não foram registados impostos diferidos, uma vez que não existe certeza quanto à possibilidade de dedução desses prejuízos no futuro.

d
↓
mf

8 – RUBRICAS DE BALANÇO

Com a aplicação do SNC na elaboração das demonstrações financeiras previsionais de 2010, tornou-se imperativo atender ao disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF, fazendo a reclassificação das rubricas no Balanço Previsional, relativamente ao exercício de 2009, para efeitos comparativos, e à classificação dos valores orçamentados para o ano de 2010. Para tal, foi necessário proceder a um breve estudo prévio de forma a enquadrar todas as operações nas mensurações relevadas nas novas NCRF's.

Procede-se de seguida aos comentários sobre as rubricas que têm mais impacto na leitura do balanço previsional:

Activos fixos tangíveis e intangíveis

Para determinação dos valores considerados nos Activos fixos tangíveis e intangíveis, atendeu-se ao disposto nas NCRF's 6 e 7.

Espera-se que em 31.12.2010 a quantia escriturada global destes activos seja de 4.942.801€, encontrado da seguinte forma:

- Desreconhecimento do piso adquirido para o Campo de Futebol de Campanhã, que se encontrava no Investimento de 2009, uma vez que não se espera obter benefícios económicos futuros com esta despesa;
- Desreconhecimento das despesas de constituição da empresa;
- Realização do investimento proposto no ponto 2 deste relatório, sendo que parte já foi considerada em Investimentos em curso, disto é exemplo a reabilitação/requalificação do Palácio de Cristal/Pavilhão Rosa Mota;
- Depreciações efectuadas durante o exercício de 2010, atendendo às taxas acima mencionadas.

Estado e Outros Entes Públicos (Activo)

Na conta de Estado e Outros Entes Públicos, está reflectido o IVA a recuperar esperado, com base no critério utilizado actualmente de dedução integral do IVA das despesas, que à data de 31 de Dezembro ascenderá a 1.090.267€.

Outras Contas a Receber

Nesta rubrica está considerado o montante de 247.398€, respeitante aos Subsídios à Exploração candidatados, pressupondo que não serão recebidos em 2010.

Capital Próprio

A rubrica de Resultados Transitados apresenta em 31.12.2010 o valor negativo de 672.093€, referente ao Resultado do Período de 2006, acrescido do desreconhecimento dos Activos fixos tangíveis e intangíveis acima mencionados.

Na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio foram considerados os montantes esperados de financiamento a fundo perdido para Investimento atribuídos em 2010, acrescidos, por reclassificação no âmbito da mensuração prevista na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, do saldo existente em 2009 na conta de Diferimentos, por não afectação como rendimento. Assim, no fim de 2010, espera-se que conste o montante de 1.920.509€.

O quadro seguinte mostra as alterações esperadas nas rubricas de Capital Próprio:

d
b
MF

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital Realizado	Resultados Transitados	Outras variações no Capital Próprio	Total do Capital Próprio
SALDO EM 01-01-2009	2.200.000	-376.862		1.823.138
Alterações do período				
Desreconhecimento em Activos Fixos tangíveis do Campo de Futebol de Campanhã		-308.067		-308.067
Desreconhecimento das Depreciações do Campo de Futebol de Campanhã		12.836		12.836
Reclassificação do saldo em 31.12.2009 da conta 27 - Subsídio ao Investimento			670.176	670.176
Resultado Líquido do Período		-3.844.699		-3.844.699
SALDO EM 31-12-2009	2.200.000	-4.516.792	670.176	-1.646.616
SALDO EM 01-01-2010	2.200.000	-4.516.792	670.176	-1.646.616
Alterações do período				
Subsídios ao Investimento			1.318.487	1.318.487
Classificação como rendimento do Subs. ao Investimento do ano			-68.153	-68.153
Cobertura de prejuízos		1.844.699		1.844.699
Resultado Líquido do Período		-1.721.980		-1.721.980
SALDO EM 31-12-2010	2.200.000	-2.394.073	1.920.509	1.726.436

Financiamentos Obtidos

Respeitando o definido nos Estatutos da PLZ, a reabilitação/requalificação do Palácio de Cristal/Pavilhão Rosa Mota exige o recurso ao financiamento alheio, pelo que está autorizada uma operação de médio e longo prazo, considerando-se no final de 2010 um saldo em dívida de 845.921€. Este montante foi considerado sem atender ao valor actual líquido, uma vez que no momento se desconhece a data inicial para a sua regularização.

Estado e Outros Entes Públicos (Passivo)

Nesta rubrica do passivo estão considerados os encargos e retenções de impostos sobre as remunerações de Dezembro, a pagar em Janeiro de 2011, acrescido da tributação autónoma de IRC estimado para 2010.

Accionistas

Pressupõe-se regularizar em 2010 a dívida de médio e longo prazo existente para com o Município do Porto, por encontro de contas com o montante a receber pela alienação do edifício do Monte Aventino.

O saldo previsto para 31 de Dezembro de 2010 nesta rubrica de Passivo Corrente, refere-se às transferências financeiras efectuadas pelo Município do Porto, ao abrigo do Contrato-Programa para 2010, consideradas como adiantamento por conta do prejuízo de 2010.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos apresenta o montante de 193.742€, referente essencialmente a gastos a reconhecer com férias, subsídios de férias e respectivos encargos referentes ao ano de 2010, a gozar em 2011, cf. estipulado na NCRF 28 – Benefícios dos Empregados.

9 – OUTROS ASSUNTOS

Contingências

Existe um processo em Tribunal com a empresa promotora dos eventos realizados no Circuito da Boavista em 2007, por discordância quanto aos termos e suporte da decisão de rescisão contratual por parte da PLZ para 2009, contrapondo esta empresa com um pedido de indemnização no valor aproximado de 1.214.246€. Em resposta, a PLZ já fez saber que tal contraposição é destituída de qualquer sentido, aguardando-se nesta fase o andamento do processo judicial.

O cumprimento integral do orçamento para o triénio 2010-2012 acarretará resultados negativos ao longo de todo o triénio.

Apresentamos alguns indicadores para 2010 no quadro seguinte:

INDICADORES	Ano 2010
Liquidez Geral	0,37
Autonomia Financeira	32,74%
Capitais Permanentes / Investimento Líquido	43%

↓
M. G.
M.F.

3.2. Orçamento de Investimento

INVESTIMENTO	Ano 2010
1. ACTIVOS INTANGÍVEIS	
Programas de Computador	
Programa de Gestão Documental	10.000
Programa de Gestão de Descontos Função Pública	550
2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e Outras Construções	
Reabilitação/requalificação do Palácio de Cristal/Pav. Rosa Mota	1.310.231
Requalificação do edifício da Sede	15.000
Equipamento Básico	
Remodelação equipamentos/instalações, qualidade da água/ar e informação na REMUPI	1.769.617
Polidesportivo dos Choupos	61.550
Aquisição de Materiais e equipamentos	50.000
Requalificação de instalações / Novos Equipamentos	100.000
Equipamento Administrativo	
Máquinas virtuais para reposição dos servidores	5.000
Hardware informático div. (comp. portáteis, impressoras, etc.)	7.000
Terminal do sistema biométrico	1.000
Móvel embutido p/ arquivo para a Sala de Contabilidade	2.000
Mobiliário de escritório	5.000
Outros Activos Fixos Tangíveis	
Aspirador	500
	3.337.448

d
g
MF

Conforme já referido, não foi atribuída em sede de Contrato-Programa uma verba específica para esta rubrica, por se entender que a cobertura do investimento que não por fontes externas, nomeadamente pelo QREN, pelas parcerias público-privadas, pelos *Project Finance* e outros, se fará com base na capacidade de autofinanciamento inerente ao princípio de cobertura de prejuízos operacionais das empresas municipais. Isto equivale a dizer que a cobertura do investimento se faz por recurso às amortizações efectuadas no passado (amortizações acumuladas) ainda não reinvestidas.

Será de deixar uma breve nota sobre o facto de em alguns casos as amortizações acumuladas, presumivelmente consideradas capacidade de autofinanciamento pela obrigatoriedade legal de cobertura de prejuízos definida pela lei 53 -F/2006, ainda não o serem formal e financeiramente, por ainda não se ter efectuado, na íntegra, a referida cobertura de prejuízos por parte do accionista.

Evitou-se assim uma duplicação do esforço da CMPORTO, subsídio ao investimento e cobertura de prejuízos dos quais as amortizações são uma parte integrante.

d
b
mf

3.3. Orçamento de Exploração

ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	ANO 2010
RENDIMENTOS E GASTOS	
VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.567.862
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	247.398
CMV	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-4.186.074
GASTOS COM O PESSOAL	-1.722.423
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	-1.366
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	666.898
OUTROS GASTOS E PERDAS	-25.072
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1.452.777
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÕES	-204.619
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1.657.396
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	0
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-58.632
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1.716.027
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	-5.953
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1.721.980

Para o exercício de 2010, prevê-se um resultado líquido negativo de 1.721.980€, resultante de um “défice” de exploração directamente associado à gestão dos espaços sob a responsabilidade da PLZ, REMUPI – Rede Municipal de Piscinas, Pavilhão Rosa Mota, Complexo Desportivo do Monte Aventino, Queimódromo, etc., bem como o associado a toda a estrutura de gestão associada às funções de dinamização do desporto e do lazer no Município do Porto.

Para 2010 está previsto ainda que a PLZ realize em nome da CMPORTO, um conjunto bem identificado de eventos, nos quais actuará enquanto prestadora de serviços a favor da mesma CMPORTO, num valor de 2.128.020€.

No quadro seguinte podemos encontrar a desagregação do orçamento de exploração por áreas.

	INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	EVENTOS	COMUNICAÇÃO & MARKETING	SERVIÇOS PARTILHADOS
RENDIMENTOS E GANHOS				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
CMP	787.351	1.272.234	381.611	0
OUTRAS ENTIDADES	1.126.666	0	0	0
Sub-Total	1.914.017	1.272.234	381.611	0
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO				
OUTRAS ENTIDADES	0	238.000	0	37.398
Sub-Total	0	238.000	0	37.398
OUTROS RENDIMENTOS				
PATROCÍNIO	0	500.000	0	0
OUTROS RENDIMENTOS	98.745	0	0	0
SUBSÍDIO AD INVESTIMENTO	30.662	0	0	37.491
Sub-Total	129.407	500.000	0	37.491
Total	2.043.424	1.982.234	381.611	74.889
GASTOS E PERDAS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.032.991	1.721.994	242.455	188.631
GASTOS COM O PESSOAL	797.263	202.803	138.111	581.446
OUTROS GASTOS E PERDAS	137.854	57.637	45	100.106
Total	2.968.108	1.982.234	381.611	872.185
RESULTADO DO PERÍODO	-924.684	0	0	-797.296
PREJUÍZO GLOBAL				-1.721.980

3.4. Orçamento de Tesouraria

Descrição	Ano 2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Recebimentos de Clientes	5.155.650
Pagamentos a Fornecedores	-8.305.221
Pagamentos ao Pessoal	-1.145.348
Caixa gerada pelas operações	-4.294.919
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-34.528
Outros recebimentos/pagamentos	-1.437.673
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-5.767.120
Fluxos de caixa das actividades de investimento:	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	-3.681.700
Activos intangíveis	-660
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	5.554.976
Subsídios ao Investimento	1.318.487
Fluxos de caixa das actividades de investimento	3.191.103
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	1.670.762
Cobertura de prejuízos	4,790.648
Outras operações de financiamento	685.000
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-4.749.096
Juros e gastos similares	-58.632
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	2.338.682
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	- 237.335
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	287.335
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	50.000

3.5. Balanço Previsional

RUBRICAS	31.12.2010
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	4.934.937
Activos intangíveis	7.865
	<u>4.942.802</u>
Activo corrente	
Inventários	8.217
Clientes	207.545
Estado e outros entes públicos	1.090.267
Outras contas a receber	247.398
Diferimentos	16.225
Caixa e depósitos bancários	50.000
	<u>1.619.652</u>
Total do activo	<u><u>6.562.454</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	2.200.000
Resultados transitados	-672.093
Outras variações no capital próprio	1.920.509
Resultado líquido do período	-1.721.980
Total do capital próprio	<u><u>1.726.436</u></u>
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	845.921
	<u>845.921</u>
Passivo corrente	
Fornecedores	331.496
Adiantamentos de clientes	
Estado e outros entes públicos	47.611
Accionistas/sócios	1.721.980
Outras contas a pagar	1.695.269
Diferimentos	193.742
	<u>3.990.097</u>
Total do passivo	<u>4.836.018</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u><u>6.562.454</u></u>

d
6
mf

d
b
mf

4.

**FUNDAMENTAÇÃO DAS
VERBAS INSCRITAS NO
CONTRATO-PROGRAMA 2010
E NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS**

O desenvolvimento do plano de actividades para o ano 2010 pressupõe um volume de prestação de serviços à Câmara Municipal do Porto no valor global de 2.625.432€ (IVA incluído) e gera um prejuízo orçamental estimado de 1.721.980€.

Assim, o Contrato-Programa celebrado com o Município totalizou 3.850.000€, dos quais, conforme detalhe do Contrato-Programa, contido no anexo II, 2.128.020€ (valor com IVA incluído) são prestações de serviços ao Município e 1.721.980€ (valor sem incidência de IVA) são transferências para Cobertura de Prejuízos.

O Contrato de Prestação de Serviços celebrado para a época lectiva 2009/2010 definiu as regras da prestação de serviços relativos às actividades escolares complementares (AEC's). Na estimativa de proveitos está considerada renovação do contrato, em iguais condições para a época lectiva seguinte.

Nos quadros seguintes demonstramos a discriminação por área dos valores constantes do Contrato-Programa e do Contrato de Prestações de Serviços.

**Acções a realizar pela PLZ de acordo com o Contrato Programa celebrado com o Município do Porto
Ano 2010**

Rubricas		Valor (antes de IVA)	Valor (depois de IVA)
INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	(1)	1.297.525	1.316.167
EVENTOS		1.272.234	1.335.845
COMUNICAÇÃO & MARKETING		381.611	400.692
SERVIÇOS PARTILHADOS (Encargos de Estrutura)	(2)	797.296	797.296
Total		3.748.666	3.850.000

Notas:

(1) O valor antes de IVA inclui 924.684 € referente a cobertura de prejuízos, que não está sujeita a IVA e uma verba de 372.841 € que está sujeita a IVA a 5%.

(2) Verba não sujeita a IVA.

Acções a realizar pela PLZ de acordo com o Contrato Prestação de Serviços celebrado com o Município do Porto para a época lectiva 2009/2010

Rubricas	Valor (antes de IVA)	Valor (depois de IVA)
INFRAESTRUTURAS & PROGRAMAS	414.510	497.412
Total	414.510	497.412

A área de Projectos Estruturantes, no presente ano, não necessita de participação municipal autónoma, dado que a implicação presente nos custos da PLZ foi considerada nos custos com Infraestruturas, dado que este espaço está a consumir apenas os recursos humanos e fornecimentos de terceiros usuais para assegurar o seu funcionamento quotidiano. O impacto do projecto de requalificação estruturante ocorre apenas ao nível do investimento, o qual, por sua vez não depende de fundos do Município, mas tão somente de fundos externos derivados de um *Project-Finance* já autorizado pela CMPORTO, a contratualizar futuramente e de fundos próprios da PLZ.

Porto, 12 de Janeiro de 2010

O Conselho de Administração

Abelino P. de Lencastre Veloso

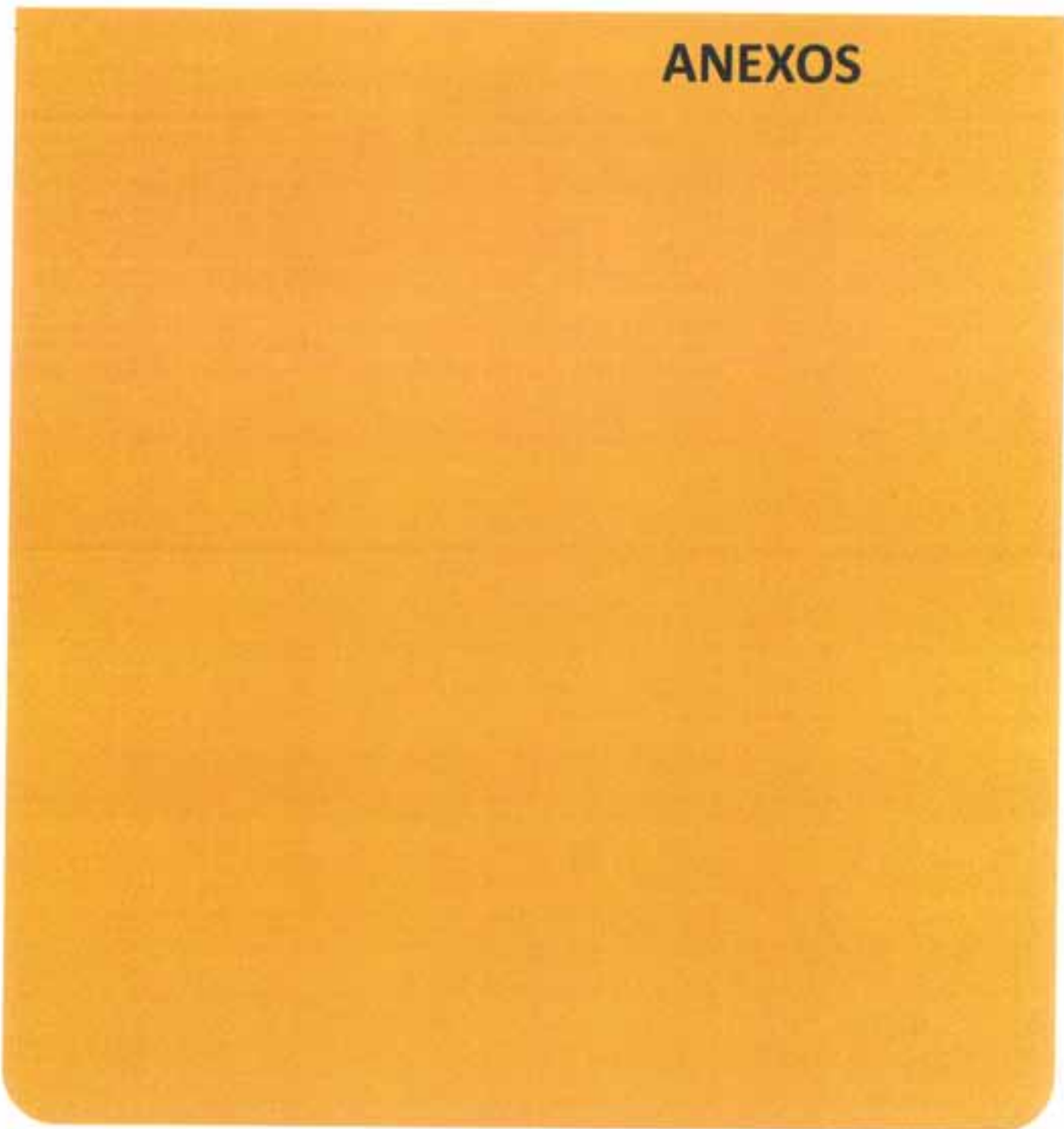
António C. de A.

Margarida Ferreira

f
6
mf

5.

ANEXOS



d
b
mf

ANEXO I – Parecer do Fiscal Único

4

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
oPorto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430 - 5.^o
4150-074 Porto
Portugal
Tel +351 225 433 000
Fax +351 225 433 499

Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 28.^o, alínea g), da Lei n.º53-F/2006 de 29 de Dezembro, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2010, da **CMPL – Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM** consistindo: no Plano anual de actividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidade

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 6 abaixo, o trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;

J

CMPL – Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM

- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Reserva

6 Conforme referido no Plano de Actividades e Orçamento, os instrumentos de gestão previsionais foram preparados de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística. Tendo em conta a complexidade deste processo recomenda-se que na transição seja efectuado um diagnóstico que permita identificar e garantir que todas as situações susceptíveis de serem ajustadas foram tidas em conta. Pelo facto de não nos ter sido facultado esse diagnóstico não podemos garantir que os documentos apresentados cumprem integralmente com as Normas em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que não são necessários mais ajustamentos.

Parecer

7 Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo nº 6 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa.

8 Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

9 Sem afectar o exposto no parágrafo nº 7 acima, salientamos o facto de, conforme referido no Plano de Actividades e Orçamento, o Orçamento apresentado estar dependente da concretização e aprovação de alguns processos e concursos, os quais não se concretizando nos moldes previstos poderão alterar significativamente a actividade e orçamento apresentados, dos quais salientamos os seguintes:

CMPL – Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EEM

- 9.1 O programa de investimentos prevê para 2010 investimentos na Rede Municipal de Piscinas no montante de 1,8 milhões de euros, os quais serão financiados por subsídios do QREN no montante de 840 mil euros (que se encontram registados no Capital Próprio do Balanço Previsional apresentado) e por um contrato financeiro de sustentabilidade, no montante de 685 mil euros. Esta candidatura ao QREN não se encontra ainda aprovada nem o contrato de financiamento contratado;
- 9.2 O programa de investimentos prevê ainda para os próximos 3 anos investimentos no Palácio de Cristal/Pavilhão Rosa Mota no montante de 16 milhões de euros, os quais serão financiados por subsídios do QREN no montante de 6 milhões de euros (dos quais 500 mil euros se encontram registados no Capital Próprio do Balanço Previsional apresentado) e por um financiamento de Médio e Longo Prazo no montante de 10 milhões de euros. Esta candidatura ao QREN foi aprovada com condicionantes, não tendo sido ainda obtida aprovação final, nem o contrato de financiamento contratado;
- 9.3 Em resultado da alteração do regime de IVA a empresa apresentou novas declarações e solicitou o reembolso retroactivo de 680 mil euros, tendo o seu recebimento sido considerado no orçamento de 2010. Apesar de a Administração Fiscal ter aceite as declarações não há ainda evidência de que aceitam as correcções efectuadas e que o reembolso será efectuado;
- 9.4 Não existe ainda a certeza sobre quem vai suportar durante 2010 o custo salarial dos 28 colaboradores que pertencem aos quadros da Câmara Municipal do Porto e que se encontram ao serviço da Porto Lazer, pelo que o custo estimado de 422 mil euros não foi incluído no Orçamento apresentado;
- 9.5 Mantém-se ainda em curso o processo interposto em Tribunal pelo anterior parceiro na organização do Circuito da Boavista, não tendo sido considerado qualquer valor por ser entendimento da Administração de que daqui não decorrerá qualquer responsabilidade para a empresa;
- 9.6 O Orçamento de Tesouraria prevê a partir de 2011 o financiamento por parte da Câmara Municipal do Porto do investimento a realizar nas infraestruturas exploradas pela Porto Lazer e na aquisição de equipamentos. No entanto, não existe ainda contrato programa formalizado.

Porto, 15 de Janeiro de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.